

**ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CEMA - CONSELHO ESTADUAL
DE MEIO AMBIENTE, REALIZADA
NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2011,
PRESIDIDA PELO SR. JONEL
NAZARENO IURK - SECRETÁRIO
ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, E
SECRETARIADA PELO SR. JOAO
BATISTA CAMPOS - SECRETÁRIO
EXECUTIVO, NO LACTEC -
AUDITÓRIO, AV. COMENDADOR
FRANCO 1.341, JARDIM BOTÂNICO.**

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Boa tarde a todos. Estamos, neste momento, dando início à 82ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. De imediato, peço ao Secretário Executivo, João Batista, para que faça a verificação do quórum.

O Sr. Secretário Executivo João Batista (CEMA):- Secretário, temos quorum para iniciarmos a reunião com 19 representantes.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito bem. Então, iniciando os trabalhos, solicitamos aos interessados em utilizar ao final da reunião a Tribuna Livre, que façam a sua inscrição.

Passamos de imediato à discussão e deliberação sobre o teor da Ata da 81ª Reunião Ordinária. Todos os senhores receberam a cópia da Ata, aqueles Conselheiros que desejem fazer algum reparo se manifestem. (Pausa). Não havendo manifestação, coloco em votação. (Pausa). Posso, então, declarar APROVADA a Ata da 81ª Reunião Ordinária.

Passamos ao outro tema que é a Ordem do Dia. Na Ordem do Dia teremos diversos assuntos, sendo o primeiro deles o relato das atividades das Câmaras Técnicas. Para isso convido o Paulo Roberto Castella, da Sema, para fazer sua

manifestação sobre a Câmara Técnica de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Sema):- Obrigado pelo convite para apresentarmos os nossos trabalhos realizados nesta Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental. Tivemos aquela inversão de prioridades e trabalhamos naquelas prioridades estabelecidas pelos Srs. Conselheiros no começo deste ano de 2011.

Então uma das prioridades era a Estratégia Estadual para Conservação de Ambientes Naturais. Isso foi discutido no âmbito da Câmara junto com os coordenadores de Biodiversidade e Floresta, a Mariese e a Themis, de Mudanças Climáticas, para que pudéssemos fazer uma discussão conjunta porque é um tema muito amplo para que pudéssemos discutir somente na Câmara Temática. As coordenadoras fizeram a apresentação junto com a do Programa Bioclima, das Estratégias da Conservação de Ambientes Naturais do Estado do Paraná e nós da Câmara Temática vimos que essa estratégia já está contemplada no Programa Bioclima, então, deveria ser apoiado o programa como uma das estratégias ou a estratégia principal para a conservação. Então, que o Conselho pudesse fazer esse apoio político para que o Programa 2012 seja efetivamente implantado e que possamos alcançar a conservação desses ambientes naturais.

Também tínhamos a questão da erva-mate e da bracatinga, havia uma reclamação dos Conselheiros, especificamente da Agricultura, de que o IAP não estava licenciando a bracatinga e os ervais. Isso foi analisado pela Câmara, as normas emitidas pelo IA e pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama e verificado que a proposta, principalmente para a bracatinga, já estava contemplada nas normativas do IAP e também nas normas do Conama e a orientação aos técnicos da Emater e até aos próprios agricultores foi de que essa norma existe e que é fácil de ser alcançada.

Então, a proposta da Câmara Temática é de elaboração de uma cartilha para fazer orientação aos produtores rurais e distribuir nessas regionais onde é tão solicitado. Também da Câmara Técnica foi a proposta de recomendação ao IAP e à Secretaria de Agricultura para realizar o monitoramento e a fiscalização dos

processos de exploração da bracatinga, que era outro ponto levantado. Eles estavam fazendo a conversão das áreas de bracatinga para agricultura, em que as Resoluções que tratam desse tema, restringe essa conversão. Somente 10% da área de bracatinga poderia ser convertida para agricultura. Hoje se faz o corte da bracatinga, faz a agricultura (milho, feijão) e faz o retorno da bracatinga, depois de seis, sete anos é que se faz o corte. O que estava acontecendo era realmente o corte raso sem esse retorno. E na Região Metropolitana de Curitiba é uma espécie extremamente importante para o abastecimento de lenha para diversos estabelecimentos comerciais. Então, ela tem uma importância muito forte na Região Metropolitana e essa conversão total dá um prejuízo ruim e faz pressão sobre aqueles ambientes naturais.

Essa foi a recomendação da Câmara Técnica ao IAP e à SEAB: que façam esse monitoramento e uma fiscalização mais intensa e que o IAP, a SEMA e a EMATER elaborem a cartilha de orientação e que seja apresentada em 2012 ao Conselho Estadual do Meio Ambiente para ser discutida, apreciada e votada.

Outro assunto é o controle de formigas cortadeiras que já constava em Ata de uma reunião acontecida no final de 2010, onde os agricultores questionavam a possibilidade do uso de formicidas em APP's e que o IAP, segundo o relato dos agricultores, proibia o uso de veneno em APP's. Os agroquímicos têm autorização para a área de lavoura e nas áreas de APP's, realmente não é recomendado dentro do licenciamento desse agroquímico.

Nós, da Câmara Temática, propusemos um GT para fazermos a discussão das formigas cortadeiras. Foi convidado o Wilson Reis da EMBRAPA, infelizmente os outros dois pesquisadores não puderam estar presentes. O Wilson Reis que é doutor em formiga cortadeira, nos deu a orientação do processo. Disse que em área de APP bem recuperada, em bom estágio de regeneração, não se tem formiga. Ela estaria nas áreas degradadas. Essa foi a posição do pesquisador e que não via com bons olhos a utilização de agroquímico nesses ambientes.

Do encaminhamento proposto ficou a necessidade de elaboração de novo material e uma campanha maciça para os produtores rurais e de novo para o pessoal da EMATER, porque treinando-se o pessoal da EMATER, é possível

identificar imediatamente o início da formação dos casos de formiga no campo e se poderia ter um combate mais eficiente.

O Wilson Reis disse que a EMBRAPA tem um material audiovisual sobre o tema e que o material poderia ser disponibilizado para produzirmos um vídeo para ser veiculado na TV Educativa, naqueles programas rurais. No entanto o material tem que ser solicitado pelo Secretário e Presidente do Conselho ao Presidente da EMBRAPA, considerando que é a autora intelectual do material. Então, há a possibilidade de usarmos todo o material da EMBRAPA para fazermos essa orientação. Quando falei com o pessoal da EMATER também, ficou de ser estudada a possibilidade de se fazer um curso para os engenheiros e técnicos agropecuários, em campo, de como se identifica o início. Começa em fevereiro e vai até abril a manifestação de formiga no campo. Então, se conseguíssemos fazer um treinamento para o pessoal seria excelente.

Da Política de Educação Ambiental: Temos acompanhado a Política de Educação Ambiental, acho que não tem ninguém da PGE, e continua parada na Procuradoria Geral do Estado. Sexta-feira agora, dia 02, teve uma reunião no Conselho Estadual de Educação em que a Procuradoria Geral do Estado esteve presente, nós também estivemos presentes na reunião, e que a Procuradoria Geral do Estado colocou só um ponto de preocupação, quem colocou foi a Ana Cláudia, o processo está com ela. A questão é que no ensino formal a educação ambiental está prevista nas áreas de licenciatura. E isso fere a autonomia das universidades, que elas teriam a prerrogativa de fazer a sua grade curricular e poderia causar certo problema. Essa foi a colocação da Ana Cláudia na reunião onde estavam quatro universidades do Paraná: Maringá, Londrina, Cascavel e Ponta Grossa. E ficou de ela retornar e pensar como se poderia amenizar esse possível conflito. Então, está lá, parado, desde agosto, são praticamente seis meses. Teríamos que ter uma posição e tentar acelerar o quanto antes esse parecer da PGE para que possamos encaminhar ao Governador e depois a mensagem à Assembleia.

E a criação do Programa Estadual de Educação Ambiental depende muito também do andamento da própria política estadual. Apesar de ele estar

praticamente sendo pensado e rodado em alguns outros programas, mas dependente fundamentalmente do Projeto de Lei para que estabeleçamos de fato o programa. O Projeto de Lei de Educação Ambiental foi apresentado no dia 02 de dezembro, sexta-feira passada, a São Paulo, Minas Gerais, Bahia e tinha mais quatro estados que estavam presentes na reunião. Os participantes acharam extremamente avançada a proposta de lei e que muitos estados estavam repensando os seus projetos e um dos projetos que iam fazer uma análise mais profunda era a nossa proposta de Política de Educação Ambiental. O MEC e o Ministério de Meio Ambiente também elogiaram profundamente a proposta do Projeto de Lei. Então, por isso preocupa essa morosidade da análise pela PGE.

Dos Faxinais: Dos faxinais estiveram presentes numa reunião da Câmara a Vânia e a Margit Hauer, que tratam desses assuntos de comunidades tradicionais. Fizemos a discussão sobre os problemas dos faxinais e que deveriam também estar inseridos no Programa Bioclima esses ambientes naturais, dentro do componente de comunidades tradicionais. Então ficou orientado junto com a coordenação do Bioclima para que se incluíssem os faxinais no programa.

Obrigado, gente. (Palmas).

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sugiro a recomendação do Conselho para emitir ofício à PGE, porque queremos lembrar que esse trabalho de elaboração de um Projeto de Lei da Política de Educação Ambiental já foi discutido ano passado com um número expressivo de participação da sociedade. Eu não entendi muito bem esse “porém” que a PGE colocou e podemos até mencionar. Mas de qualquer forma fica a sugestão ao Secretário que pudesse, em nome do Conselho, de certa forma cobrar agilização pelo menos para encaminhar logo no começo de fevereiro à Assembleia Legislativa.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Sem dúvida alguma. Além da recomendação da Câmara Técnica que será votada integralmente, eu mesmo vou fazer uma gestão direta junto ao Procurador Chefe, até porque o que foi levantado parece-me que não é uma divergência tão difícil de ser deliberada. Quer dizer, se fere, obviamente não pode persistir e se não fere não há razão de o projeto estar parado. Então, é uma

questão de decisão pura e simples e encaminhamento. Então, a sugestão está acatada.

Dando sequência a nossa Sessão, teremos agora, para falar sobre a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, o João Batista que estará representando neste Ato a Ana Márcia.

O Sr. Secretário João Batista Campos (CEMA):- Boa tarde a todos. A Ana Márcia foi solicitada numa ação emergencial para encaminhar um procedimento em busca de recursos financeiros para a nossa política de saneamento e resíduos sólidos. Então, ela está a trabalho e solicitou, devido ao tempo exíguo que tem para apresentar hoje esse projeto junto ao Ministério, que eu fizesse a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara Técnica de Qualidade Ambiental.

Então, é composta pela Ana Márcia - coordenadora, a Themis Piazzetta, da SEMA - como Secretária, e como membros Cristina Xavier Fonseca e Dirlene Cavalcante e Silva do IAP e do Instituto das Águas do Paraná, Carlos Henrique Piacentini, Carlos Alberto Baracho, Maristela do Vale e Reginaldo Pereira Lima da Cohapar, Fernando Mitsui Ramos e Rodrigo de Almeida da IDEIA Ambiental, Roberto Gava e Cesar Lourenço Soares Neto da FIEP, Célia Regina Granhen Tavares da UEM e Carlos Mello Garcias da PUC e Heverson Aranda e Antônio Borges dos Reis CREA/Paraná. Essa é a composição da Câmara Temática.

Foram realizados neste ano de 2011 duas reuniões. A primeira foi para a posse dos Conselheiros e nesta mesma reunião foram escolhidas a coordenadora e a Secretaria e as prioridades que foram levantadas aqui na plenária, foram discutidas para encaminhamento dos trabalhos. Identificamos todos os trabalhos a serem desenvolvidos, discutidos, foram encaminhados ofícios e convites para que representantes de instituições que são responsáveis por esse trabalho, fizessem uma apresentação para saber o estado da arte daquele tema que estava em desenvolvimento.

E na segunda reunião aconteceu a apresentação de vários temas que vamos relatar à frente e o encaminhamento desses temas que foram tratados nesta

Câmara Temática. Um dos temas que é fundamental e que está em plena discussão e vamos ter depois uma apresentação correlata, é a apresentação da Dra. Maude, que trata de um Projeto de Lei que ela vai explicitar melhor e na apresentação do coordenador de descentralização do IAP, que é o José Luiz Bolicenha, que trata do processo de Descentralização de Licenciamentos Ambientais, que trata da questão da co-responsabilidade do Estado, do Município e da União nesse processo todo, objetivando principalmente a questão da participação efetiva e também a agilização dos processos de licenciamento ambiental.

Então, foi convidado o coordenador do IAP, José Luiz Bolicenha, que apresentou à Câmara Temática as questões que estão sendo discutidas e encaminhadas ou pensadas dentro do IAP para toda a Câmara Temática. E a Câmara Temática se posicionou favoravelmente a esse processo todo, achando que é uma ação que trará benefícios para toda a sociedade paranaense e que essa proposição deve ser submetida à plenária para que se inicie o processo de padronização normativa dos processos de descentralização, tanto o processo normativo, legal, que tem que ser encaminhado e é importante que o Conselho discuta e delibere sobre isso. O José Luiz e a Dra. Maude vão explanar esses assuntos e vocês terão as informações que serão discutidas nesse aspecto.

A Política Estadual de Saneamento: Convidamos o coordenador de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental da SEMA, o Professor Eduardo Gobbi, que estava presente aqui e explanou como está sendo o desenvolvimento, tanto o arcabouço técnico quanto o legal desse processo. Então, como ele ainda está em processo de elaboração, assim que tiver formalizado, concretizado essa proposição o mesmo deverá ser trazido para o Conselho para que vocês também avaliem e se posicionem sobre essa política importante para o nosso Estado.

A questão da prioridade da avaliação do tratamento de efluentes e da Bacia do Alto Iguaçu, como está essa situação hoje? Foram encaminhados os ofícios solicitando as informações para os órgãos de monitoramento e gestão da qualidade da água, IAP e Instituto das Águas, para que informassem o Conselho de todas essas ações, se realmente essas ações estão surtindo efeito benéfico,

quais os gargalos, quais as dificuldades, até como forma de estabelecermos um processo de organização e contribuição nesse processo todo de saneamento ambiental da Bacia do Alto Iguaçu.

E a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas também foi entendido que grande parte desse componente que foi escolhido como prioritário, integra quase que completamente o Programa Bioclima. Então, esse processo está para ser discutido e o lançamento do Programa Bioclima está previsto para o início do ano que vem.

Atividade que foram desenvolvidas pela Câmara Temática de Qualidade Ambiental: ano que vem começa a culminar para decisões mais efetivas para serem trazidas aqui ao Conselho para deliberações. Obrigado. (Palmas).

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Dando sequência, convidamos agora a Izabella Maria para tratar dos informes da Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Boa tarde a todos. A Introdução que o João Batista fez, aproveito um pouquinho dela porque a escolha dos temas a serem discutidos e apresentados aqui foram escolhidos de comum acordo pelos componentes das nossas Câmaras Temáticas e os temas que vou apresentar aqui são sobre a Política do Controle e Monitoramento de Espécies Invasoras Exóticas, sobre o ICMS Ecológico, sobre o pagamento sobre serviço ambiental, sistemas agroflorestais, exploração do Aquífero Karst, o Fundo Estadual de Meio Ambiente e os efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente. A equipe está lá, a Carla Beck da FAEP é a Secretária Executiva da Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente e os membros da Câmara Técnica estão ali expostos, o Ricardo Barros, Mário Lessa que está aqui presente da SEIM, o Joel da SEPL, o Renato Gonçalves e a Rosiane Dorneles da SEAB, Carlos Belz e Marcelo Faria Cardoso do CRMV. Depois temos ali o Jorge Augusto Callado e a Adriana Lacerda Twerdochlib das Faculdades Integradas Espírita, Cláudius Filho da FAEP, Vânia Mara Moreira dos Santos e Maria Elizete do ING, a Gislene do ITCG e a Camila do ITCG, que não pode vir.

Como já falei, os assuntos que foram definidos para serem discutidos na Câmara Temática têm um foco comum, são todos relacionados também ao que o João Batista falou antes, só que os nossos temas são mais focados. A questão do meio ambiente é um pouco mais genérica, mas vai focar também a questão do Bioclima e outros. Então, sobre a criação da Política de Controle e Monitoramento de Espécies Invasoras que o marco dessa discussão foi a Eco 92, através da CDB - Convenção sobre a Diversidade Biológica, onde alguns países foram signatários e o Brasil também. Então, desde 92 vimos discutindo esse tema, é um tema muito importante porque, segundo algumas informações que eu li, que tive de fontes bem seguras, é o segundo tema mais polêmico na questão ambiental, sendo que o primeiro é a destruição de habitats. O segundo é a questão das espécies invasoras exóticas, que na verdade elas colaboram muito na destruição dos habitats e na questão da perda da biodiversidade.

Os encaminhamentos que a Câmara Técnica está recomendando é que o Paraná conte com uma Política Estadual sobre Espécies Exóticas Invasoras, deve ser incrementada e que está sob responsabilidade do IAP e que passe essa coordenação política para a SEMA e o IAP fique com a questão da coordenação da execução junto com outras instituições que têm desempenho junto ao tema.

O segundo tema é a revisão sistemática do funcionamento do ICMS Ecológico, que é conhecido por todos. A questão da distribuição, a proposta é de que cada município crie uma legislação própria para que o uso do recurso agregado ao ICMS Ecológico seja focado nas questões ambientais. Temos todo o conhecimento disso. Esse é um assunto muito controverso já que temos praticamente há 20 anos a questão do ICMS Ecológico sendo discutido no Estado do Paraná. O coordenador do programa no IAP é o Gerson Jacobs, ele esteve na Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente apresentando a questão do ICMS Ecológico no Estado, as expectativas futuras do programa e os ajustes que deverão ser feitos. E a Câmara Técnica, então, deliberou, recomendou pelas proposições de aperfeiçoamento do programa que deverá ser levada à plenária do Conselho a manifestação para ciência e acompanhamento do tema.

E o pagamento por serviços ambientais – PSA, está em plena discussão em âmbito federal, e isso não quer dizer só o Estado do Paraná, essa é uma questão inclusive global, e cabe à Câmara Temática estabelecer estratégias e proposição no arcabouço legal para o Estado do Paraná e de efetividade nas práticas inovadoras que estão sendo propostas. A coordenadora de Biodiversidade Mariese, fez uma apresentação na Câmara Temática sobre o tema, sobre a questão do Programa Bioclima e o Pagamento por Serviços Ambientais, que estão intrinsecamente relacionados. Esclareceu também que o Programa Bioclima já tem uma data prevista para ser apresentado a público, que vai ser no início de 2012 e sobre o Projeto de Lei sobre Pagamento sobre Serviços Ambientais que já está em andamento e encontra-se em avaliação também na PGE.

E o Sistema de Agrofloresta e outras modalidades, outros sistemas de modo de vida que são compatíveis com o meio ambiente e com a qualidade de vida das pessoas, a justificativa é que os agricultores precisam agregar recursos, renda para as suas famílias nas suas propriedades e o Sistema de Agrofloresta, entre outros, é um sistema que vem proporcionar isso sem degradar a natureza e proporcionando qualidade de vida que é muito importante, principalmente para nós que somos do meio urbano e precisamos da questão ambiental no meio rural preservada. Encaminhamentos. O tema ainda não está trabalhado efetivamente, está em processo de identificação de experts no assunto para discussão e encaminhamentos em 2012 pelo Conselho e também na Câmara Temática, a continuidade da discussão.

O Aquífero Karst é o próximo assunto, ele tem trazido vários riscos ambientais, já temos conhecimento disso também há mais de 10 anos, talvez muito mais, sabemos também que tem experts estudando o assunto, temos o Instituto Águas Paraná, que é um dos coordenadores. O Eduardo Gobbi está ali, ele também já trabalhou nesse processo. Temos notícias de jornais, abatimentos, afundamentos de terrenos, as casas, escolas, etc. A regulamentação e normatização do processo de exploração deve ser encaminhada de forma a evitar riscos à população assentada sobre o aquífero. E a questão do uso do agrotóxico,

etc., sem entrar nos detalhes, porque esse é um assunto para ser discutido na plenária ou na própria Câmara Temática. Então, a Câmara Temática recomenda, a gente fez um encaminhamento de remeter ao Conselho de Recursos Hídricos porque é um assunto que diz respeito ao Conselho de Recursos Hídricos.

Aí, depois temos o Fundo Estadual de Meio Ambiente, foi dado um tratamento de transparência, através do site do IAP, www.iap.pr.gov.br/. Acessando vocês têm os dados do FEMA. A questão dos efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente, a gente sabe qual o efeito do uso indiscriminado, além de pacotes serem trazidos do Paraguai e termos sérios problemas na questão desses agrotóxicos via divisas internacionais. E também principalmente nas pequenas propriedades dos produtores de fumo, que sabemos que muitos desses agrotóxicos usados no fumo são altamente prejudiciais para as pessoas, altamente cancerígenos. E os agricultores não podem tirar da sua propriedade para respeitar a carência do agrotóxico. Existe um calendário já estipulado pelas empresas de fumicultura que essas pessoas têm que tratar disso e isso se dá muito na questão social, isso é um problema seríssimo, porque os mais novos vão se retirando da propriedade e ficam os velhos e os velhos não têm mais como pegar na enxada, fazer aquele trabalho mais duro, então é muito fácil ter-se um pacote prontinho da empresa de fumicultura já com uma bula de como se desenvolve o trabalho, tem que ficar lá o tempo inteiro disponível, porque tudo é resolvido através de agrotóxicos, dos químicos, dos venenos, etc. Os encaminhamentos: Foi indicada a Conselheira Vânia – ING, representante do CEMA no grupo técnico formado pela SESA - Secretaria de Saúde, e da SEAB, que visa elaborar o plano estratégico para reconversão e diversificação da produção agropecuária em propriedades que cultivem o tabaco. Um dos contatos foi mantido pela Secretaria Executiva do CEMA, com a coordenação do GT a Adriane Balmer da SEAB em Irati para a Engenheira Conselheira Vânia, mas não houve uma ação neste sentido, então até agora não temos uma resposta. Mas somos persistentes e vamos insistir, nós temos que acabar com o tabaco, mas não com o emprego das pessoas. Temos que ter uma alternativa para essas pessoas que estão no campo ainda. Aí recentemente foi recebido um ofício da Secretaria de Saúde informando

do encerramento do trabalho do GT em setembro de 2011. É uma questão que fica para ser discutida, temos que reativar esse GT. A Secretaria de Saúde está montando um laboratório específico para medição de agroquímicos na alimentação dos habitantes do Paraná. Por exemplo, aquilo que passa pelo CEASA. Hoje tenho notícias de que isso já existe, eu até achava que isso já estava vindo da própria Secretaria de Saúde, mas não, o laboratório lá está sendo montado agora.

Então, é isso. Agradeço e estou à disposição. (Palmas).

*O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Izabella, se pudesse retornar o slide no item 7, é só um esclarecimento, porque não consegui entender uma frase ali: “O problema é maior ainda, porque há agrotóxicos que não permitem contato humano e os agricultores e familiares não podem se retirar da propriedade para respeitar a carência”.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Na verdade eles não podem sair da sua própria casa, porque os locais onde eles têm a plantação de fumo sempre é muito próximo da residência, dentro da distribuição da propriedade. E ele não tem para onde sair para respeitar a carência que é o momento que o agrotóxico vai fazer mal para eles. Então, eles vivem em contato permanente com aquela coisa que fica no ar, aquelas micropartículas muitas vezes invisíveis. Eu pude visitar propriedades assim quando também dos produtores de carvão vegetal, os carvoeiros, que também sofrem talvez não com tanta incidência cancerígena, mas talvez muitos problemas de saúde também.

Mais alguma coisa?

*O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- O Conselheiro Mounir está indagando qual seria o prazo de carência.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Posso fazer uma pesquisa, Mounir, mas pelo o que tenho lido tem alguns que têm a carência de 15 dias.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito obrigado.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- De nada. Mas posso fazer uma pesquisa, Mounir. (Palmas).

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito bem, dando sequência à nossa Ordem do Dia, faço um convite ao José Rubel - Coordenador de Projetos da SEMA, para tratar do assunto “Projetos em negociação com o Banco Mundial: I) Modernização do Licenciamento e Fiscalização Ambiental; II) Sistema Estadual de Gestão de Riscos e Desastres”.

O Sr. José Rubel (SEMA):- Prezados senhores, senhoras. Vamos apresentar dois projetos que a SEMA negocia com o Banco Mundial, com a intermediação da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Os dois projetos que a SEMA negocia com o Banco estão no contexto de uma negociação que o Governo do Estado do Paraná faz com o Banco, chamado Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, também conhecido como Paraná Swap. Essa sigla quer dizer abordagem setorial ampla. O banco antigamente privilegiava negociações para a agricultura, para os transportes, para o desenvolvimento metropolitano e agora optou por financiar planos de Governo. Vários Estados brasileiros estão negociando esses empréstimos com o banco, não é só o Paraná. E o nosso projeto está numa fase avançada de negociação, a expectativa é que em março do ano que vem haja condições de o Governador assinar o contrato.

Antes de eu continuar, todos os senhores receberam um extrato dos dois projetos, é o resumo executivo e a equipe envolvida. E receberam também dois termos de compromissos que foram assinados entre as instituições que participam do projeto e as organizações civis, da sociedade civil organizada, sejam empresariais, sejam das organizações não governamentais, ONG's e assim por diante.

Os nossos dois projetos são Modernização do Licenciamento, Outorga, Fiscalização e Monitoramento Ambiental e Fortalecimento da Gestão de Riscos e

Desastres no Paraná. Esse é o quadro geral do Paraná Swap. Vocês vejam que são três eixos, reproduzem eixos do programa de Governo, do governador Beto Richa estamos na Secretaria de Meio Ambiente beneficiados com esse eixo central. Eu apresento dois projetos que são coordenados diretamente pela SEMA, mas existem outros dois projetos dos quais a SEMA também participa que é o Projeto de Inclusão Territorial, como o nome mediático é Pró-rural em que participa o ITCG com a regularização de propriedades rurais e um outro projeto que é a gestão de água e solo rural e microbacias em que a SEMA participa com educação ambiental e o Águas Paraná tem uma participação destacada na execução desses temas de abastecimento rural de água potável.

Mas vamos nos deter naqueles dois que estão com letras maiúsculas ali. Vou fazer uma apresentação bem compacta, porque os documentos desses projetos cada um tem 60/80 páginas mais ou menos, com detalhes de atividades, cronogramas e assim por diante.

O projeto, como um todo, prevê um empréstimo de 350 milhões do Banco Internacional para Reconstruções e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial, e conta com recursos do orçamento do Estado para os próximos 3 anos naqueles valores que estão ali. Os projetos que estamos coordenando diretamente são um projeto com 16 milhões e o outro com 21 milhões de dólares.

Vamos tratar desse projeto de licenciamento, outorga, fiscalização e monitoramento ambiental, que é um projeto estratégico para o Sistema SEMA, estratégico, sobretudo, para o IAP, porque ele data do núcleo da missão em ciência administrativa que se desenvolveu muito mais para as organizações privadas do que para as organizações públicas. Em ciência administrativa isso é chamado de *Core Bussines*, é o coração da missão. E o *Core Bussines* do IAP é a promoção da conformidade com a lei ambiental. Esse é o núcleo da missão que não dá para tirar, se tirar destrói a instituição. Então, o projeto foca o núcleo da missão do IAP.

Vou apresentar uma rápida justificativa do projeto e descrevo os seus componentes. Existe pelo lado da demanda de serviços fornecidos pelo Sistema SEMA, serviços de licenciamento, outorga do direito e uso da água, fiscalização

ambiental e monitoramento ambiental, existe uma demanda da sociedade que pode ser expressa em 36 mil licenças/ano, já são 30 mil licenças ambientais e 6 mil outorgas do direito de uso da água. Então, é um trabalho assoberbante para todo o sistema e nos próximos quatro anos, o levantamento foi feito há duas ou três semanas, com tomadores de decisão da Copel, da Sanepar, da Secretaria da Fazenda, da Secretaria de Infraestrutura e Logística, aqueles investimentos são todos investimentos pesados que, além do rol de licenças ambientais corriqueiras exigem estudos detalhados, complexos, exige o envolvimento adequado de pessoal com habilitação para fazer isso, com necessidade de qualificação tecnológica, científica e jurídica para fazer essas análises. Então, vemos aqui que, se há demandas expressivas, tende a aumentar. O PIB do Paraná, pelas projeções, tende a crescer acima da média do PIB brasileiro. Existe uma pressão muito grande por localização industrial no Paraná, seja no litoral em função do pré-sal, seja no interior. Acompanhamos todos os dias notícias na mídia sobre instalações de novas indústrias, está citado aí o Programa Paraná Competitivo que já cadastrou 9 bilhões de investimentos só no setor industrial. Hoje já saiu a expansão da Spaipa no jornal, já saiu a expansão já confirmada da Fábrica de Cimento de Rio Branco, os senhores vejam que são investimentos pesados e complexos e que causam impactos ambientais significativos. Aqueles investimentos em infraestrutura de transportes fogem à média histórica, porque a Secretaria de Infraestrutura e Logística aposta muito na utilização do instrumento denominado parceria público privada. Para que seja viabilizado esse tipo de investimento isso vai representar uma demanda muito grande.

Temos do lado da oferta alguns focos de ineficiência que o projeto ajuda a sanar. Quando digo ajuda a sanar é que esses focos estão sendo atacados atualmente, mas o projeto pelo fato de ter recursos para capacitação e compra de equipamentos para estudos, para ampliação da base de conhecimento e a ampliação da base física de suporte aos processos e aos serviços e produtos, ajuda a sanar. Quais os focos? Há um exemplo. A equipe de projeto fez um levantamento sobre as possíveis causas de resultar numa performance que não é mais adequada desses sistemas e listou uma série de causas e exemplificamos

com algumas delas. O baixo uso das tecnologias de informação e comunicação, internet, telefonia 3G, essas coisas que hoje em dia facilitam o trabalho, aumenta a produtividade e no Estado, vocês conhecem, continua a circular pelos departamentos repletos de carimbos, os grandes maços de papéis, lembrando que são processos dos séculos passados e nós continuamos vivendo essa realidade adaptada. Isso tem que mudar!

Concentração de processos em Curitiba, falta de padronização de procedimentos, às vezes um pedido de um serviço ou uma licença ou uma autuação de fiscalização é diferente de Guarapuava, de Curitiba, de Maringá. Tem que se ter um padrão para que isso ocorra de forma justa. No mínimo isso. Carência de equipamentos, fragilidade, pulverização das informações, os sistemas de informações que existem frágeis e desconexos. Esse é um grande desafio, é um projeto e tem recurso para investir, tempo em estudos, uma formatação do sistema.

Quanto a equipamentos. Foram incluídos recentemente recursos para equipamentos para suportar o resultado dos estudos. Não sei se é o tema mais adequado, é meio lusitano isso, porque é uma tradição quase lusitana, ibérica latina dessa exuberância. Temos resoluções do Conselho, resoluções do Secretário, portarias do Presidente do IAP, do Presidente do ITCG, do Presidente do Águas, fora a legislação estadual.

O significado do termo modernização é mais agilidade, mais transparências dos processos, melhor qualificação técnica e jurídica dos produtos e serviços. Produtos são desde a incursão da fiscalização até a licença ambiental. Encerrando atividades, temos uma atividade que é a reengenharia de processos que trata de rever os processos. Então, pegar a entrada do processo lá no protocolo e seguir o processo para verificar se ele segue o caminho mais eficiente. Muitas vezes o nó está no caminho do processo, mas não está no formato do formulário. Então, esse caminho do processo e buscando sempre uma informatização disso, é chegar, a meta seria zero por cento de papel. Claro que é uma meta quase que inatingível, eu acho que é inatingível, mas o mais próximo possível do zero por cento de papel, porque melhora a eficiência, melhora a

rapidez da tramitação e principalmente aumenta a transparência para a sociedade, porque essa informatização pode ser colocada à disposição da sociedade para acompanhar onde está o seu processo, com clareza, sem nenhuma dificuldade.

Reestruturação, integração do sistema das informações, já falei sobre isso para os senhores. Descentralização compartilhada do licenciamento e fiscalização, o Bolicenha vai tratar desse aspecto, o Bolicenha é o gestor dessa atividade dentro do projeto. Modernização da rede do monitoramento, isso é a concepção da modernização, logo abaixo vocês vão ver equipamentos para monitoramento do ar. Se atingirmos essa meta das duas atividades vamos ter o equipamento, ou seja, o monitoramento da qualidade do ar nos padrões mais modernos do Brasil no Estado do Paraná, com estações telemétricas, com salas de situação mostrando 24h por dia *on line* a situação da qualidade do ar nos *hots pots*, que são aqueles pontos críticos de trânsito, próximo às refinarias, indústrias no Estado do Paraná.

Sistema de fiscalização veicular, que é a concepção do sistema que vai fiscalizar essa emissão de poluentes e um componente muito pesado em termos de investimentos que é o monitoramento e a fiscalização, vamos comprar equipamentos tanto para fiscalização do IAP, carros, computadores, laptops; para o Águas Paraná, as estações telemétricas para adensar a rede de estações que medem a vazão dos rios e está incluído aí um investimento de 600 mil reais, foi incluído recentemente na semana passada, está em negociação, mas com grande possibilidade de aprovação de 600 mil reais para capacitação da Polícia Ambiental. A capacitação de forma a fazer uma fiscalização mais eficiente e mais adequada a criar um vínculo de compromisso com a comunidade, porque isso é muito importante.

Balcão único é uma atividade que está mais para o fim do projeto, a ideia é termos nos centros regionais, único balcão com um totem em que a pessoa não vai buscar nem ao IAP, nem o ITCG, nem o Águas, nem a SEMA. Ele busca o Governo na área ambiental, vai ser o balcão “o meio ambiente”. Lá ele vai interagir com todas as questões que ele tem com o meio ambiente. Posteriormente a essa atividade de balcão único, acopla-se com um outro projeto

de Governo que se chama “Tudo aqui Paraná”, que é a construção de Ruas de Cidadania no interior. Então, nós teremos lá um balcão nas Ruas de Cidadania, só que esse balcão é dimensionado, tem recursos para dimensionamento para equipamento com computadores e para layout, móveis, assim por diante, de forma a se tornar amigável para o usuário e eficiente para o servidor.

Reestruturação dos canais de comunicação, não é só site de internet, mas também quem olha o site do Governo, quem olha o site da Coca-cola vai ver que há uma grande diferença. O site da Coca-cola é muito mais dinâmico e prende mais a atenção, o site do Governo dá sono. A pessoa fica lá só se precisar mesmo, se tiver muita curiosidade em um determinado assunto. Pretendemos modernizar o site, mas não ficar só nisso, colocar como faz a rádio pública americana, como faz a entidade ambiental americana. Tem lá um programa de um minuto na CBN, é uma emissora comercial, um minuto sobre o meio ambiente patrocinado pela Natura, sei lá, ou pela Renault em que você vai explorar diversos meios de comunicação, rádios comunitárias, televisão comunitária sempre com a questão: de que forma isso melhora a qualidade, a eficiência e de que forma aumenta a transparência dos serviços de licenciamento, outorga, fiscalização e assim por diante.

Eu já tinha falado sobre a consolidação da legislação ambiental que temos como uma proposta de uma valorosa colega nossa que é a Maude de nos ajudar nesta atividade, é essencial a sua ajuda para a gente conseguir levar a bom termo.

Os desafios: Não é só a soma de 11 atividades, é pensar de forma diferente. Podemos fazer com eficiência o que nunca deveria ser feito, o que seria um absurdo, podemos fazer com eficiência o que deve ser inovado. Então, é pensar além dos limites das instituições. Vocês receberam isso, podem ver que é a equipe de projeto é um projeto que mostra que é possível interagir, uma interação entre Águas Paraná, entre IAP e entre a SEMA, os coordenadores. Existe coordenador de atividade aqui que é do IAP e atividade com recursos para serem aplicados no Águas Paraná, sem problemas! Essa é uma visão que é o espelho do espírito do projeto. Explorar o máximo as tecnologias e informações de comunicação. O objetivo filosófico, conceitual do projeto, é ser um exemplo

de choque de gestão na função pública. Se alguém perguntar o que é choque de gestão neste Governo, que os senhores possam apontar esse projeto.

Nós promovemos um workshop com diversas instituições, o projeto não é um projeto do Governo, o projeto é da sociedade. Por isso convidamos as instituições, alguns presentes nesses workshops estão aqui, como a Carla da FAEP, nos dois workshops esteve presente. E trouxemos os projetos não para informar aos senhores, senão mandaríamos por e-mail, nós trouxemos o projeto para ser criticado, para fazer uma leitura crítica em cima do projeto. A leitura foi feita, nós incorporamos, estamos incorporando essas manifestações e queremos todas essas instituições como nossas parceiras até o final do projeto, estamos criando uma Câmara consultiva para que elas acompanhem o desenrolar do projeto. Isso é compromisso com transparência, é compromisso efetivo com participação.

Projeto de fortalecimento da gestão de riscos e desastres. Ele se iniciou como uma resposta ao desastre que ocorreu no litoral em março desse ano, foi um trauma para a região do litoral do Paraná. E aí, em cima dessa motivação, o projeto foi desenvolvido. O nosso lema é que não há desastres naturais. Existem desastres que têm causas naturais, apenas as causas. As ameaças são naturais, quando sobrepostas às fragilidades que são antrópicas, nós construímos as fragilidades, elas causam os desastres. Elas não são naturais, agora se construímos as fragilidades no mau uso das práticas agrícolas, na má destinação dos resíduos, na falta de tecnologias apropriadas para prospecção de eventos climáticos, aí os desastres acontecem.

A proposta são três eixos. Então, temos o Plano Diretor Estadual de Defesa Civil, uma pergunta: o que o meio ambiente está fazendo com isso? Bom, em primeiro lugar houve uma iniciativa, comandada pelo Secretário Jonel de organizar a ação do Estado nesse tipo de assunto na época do evento litoral. Essa iniciativa resultou numa coordenação de ações, que foi levado a bom termo, graças a Deus, naquele evento e uma resposta ao desastre e que depois caminhou, mas tendo uma causa e uma razão mais profunda. As fragilidades são quase que todas elas, decorrentes do uso insustentável do espaço e de desenvolvimento de

atividades ecologicamente insustentáveis. Então, em meio ambiente é a abordagem transversal a esse projeto, por isso o interesse da SEMA nessas atividades, vocês vão ver já na sequência quando vou descrevê-las.

Sistema de mapeamento da cobertura, uso do solo e monitoramento ambiental: pretendemos criar o monitoramento da cobertura vegetal e dos padrões do uso do solo no Paraná como um impulso inicial.

Cenário ambiental do Paraná 2030. Prezados senhores, o Paraná que os senhores veem hoje no mapa foi desenhado há décadas passadas e o Paraná que veremos em 2030 está sendo desenhado agora. Tem o pessoal da agricultura desenhando o mapa com grandes traços. Existem fenômenos, como a demografia urbana ou o desenvolvimento das metrópoles que desenharam o mapa com grandes traços. Nós podemos adotar duas atitudes: ignorar que existem desenhistas do mapa ou podemos articular com os desenhistas do mapa e tentar prospectar esse futuro ou então esperar que ele aconteça e em 2030, colocar a mão na cabeça, dizer: “Como não pensamos nisso antes!”. Isso estava se desenhando. O nosso objetivo é montar um sistema de prospecção estratégica do Paraná em termos de zoneamento sustentável.

São Paulo fez um primeiro estudo, infelizmente não prosseguiu, só fez o estudo, não montou o sistema. Pretendemos fazer o estudo e montar o sistema. Então, vocês vejam a articulação com a área ambiental. Vai ser uma concepção de modelos apropriados à dinâmica paranaense, é executado pela Mineropar esse item. É multi-institucional o projeto. A SEMA coordena, mas é multi-institucional. Pela gestão de risco hidrometeorológicos em áreas metropolitanas é um projeto importante do Águas Paraná. Pretende desenhar, prospectar os riscos de desastres em áreas metropolitanas, desenhando curva de enchente, áreas críticas de deslizamentos para evitar o que vimos hoje na região metropolitana. Se voltássemos no tempo, em 1976, estaria aqui dizendo para vocês: Curitiba vai crescer para Oeste e vai preservar o Leste! E se vocês olharem hoje para o mapa, foi exatamente o contrário. Ele preservou o Oeste e ocupou o Leste em cima da caixa d'água, nós ocupamos a nossa caixa d'água. Esse projeto vai desenhar essas curvas críticas de probabilidades de acidentes e vai chamar atenção da

região urbana de Londrina, por exemplo, o lado urbano de Cascavel e assim por diante, o aglomerado do litoral e vai dizer: “Não cresça para lá. Se você crescer para lá! Se você crescer para lá eu te trago aqui na região metropolitana e mostro para você o que vai acontecer no futuro.” Então, esse é um componente muito importante. Planos de contingência e sistemas locais de alerta precoce, a Defesa Civil trata disso. Inventário estadual da emissão de gases do efeito estufa – quando tratamos de desastres, tratamos das fragilidades. Elas estão ao nosso alcance. Aqui temos uma causa que é a emissão de gases efeito estufa, que causa o aquecimento global, que é uma causa que está ao nosso alcance ajudar a reverter. Então, incluímos, recentemente, esse componente, não foi negociado ainda com o consultor do banco que é analista do projeto e estamos na expectativa que seja aprovado assim como o mapeamento da cobertura do solo que é de responsabilidade do ITCG, sob a coordenação da Gislene e da Camila.

Implementação de sistema autônomo, o Simepar vai desenvolver um modelo para as bacias hidrográficas críticas o que é possível saber em função do que chove quanto corre no rio, cada bacia tem um DNA. Vamos descobrir o DNA de cada bacia. O DNA é uma equação matemática, com esse DNA podemos prever em função da chuva a onda de cheia, a velocidade que a onda vai atingir uma área crítica. O Estado tem pontos críticos e pontos menos críticos.

Mais rapidamente, dois radares para o Leste, o investimento maior que tem aqui é o Simepar para melhorar a cobertura e a previsibilidade dos eventos climatológicos. Adensamento à rede hidrometeorológica - é uma atividade conjunta Simepar/Águas. Sala de monitoramento e alerta de desastres - uma atividade interinstitucional, vamos ter uma sala de situação com tela, acompanhando esses pontos críticos, sistema de integração de informações na área de desastres, mapeamento e riscos a Mineropar vai fazer. Sistemas de previsão e estimativa de chuva, Sala de gerenciamento da Defesa Civil - sala central e nas coordenações regionais da Defesa Civil; Capacitação da Defesa Civil; Desenvolvimento de uma plataforma, que é um veículo aéreo não tripulado para ser usado em locais de acesso impossível por terra no momento do desastre e com custo muito inferior de uma aeronave comum.

Os nossos interlocutores são esses aqui, temos um grande rol de interlocutores, os senhores receberam aí um termo de compromisso assinado por todos esses interlocutores com o compromisso de se engajarem no projeto efetivamente. E é o que eu peço, esse pedido é um pedido que eu faço em nome dos analistas do banco, isso aumenta a viabilidade do nosso projeto que vai ter a negociação final em janeiro. Agora, está prevista uma missão para a negociação final do projeto, que o Conselho coloque esse registro na Ata, porque com essa Ata e com os termos de compromisso que os senhores têm aí, vamos encaminhar ao banco para mostrar que essa é uma iniciativa que não é só do Governo, essa é uma iniciativa da sociedade paranaense. Obrigado. (Palmas).

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Secretário, posso ser petulante, mas o evento que aconteceu na Bacia de Campos nos dá um alerta de no momento em que tivermos alguma coisa com o Pré-sal, nem o Governo Federal mostrou nem a Agência de Petróleo mostrou qualquer possibilidade de num momento bastante rápido, quando houver algum vazamento de petróleo, ou mesmo de algum navio, enfim. Esses seriam um dos itens também para serem colocados nesse projeto também, se eu estiver errado, desculpe-me, mas acho que é um componente interessante que recentemente nos mostrou a nossa fragilidade para combater esse tipo de vazamento e que a gente ainda não sabe o que é esse vazamento deve causar. É isso.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Em primeiro lugar quero parabenizar o Rubel pela excelente explanação, realmente os dois projetos têm um mérito muito interessante e é de fundamental importância para o Estado do Paraná.

Agora, essa temática que o Conselheiro levanta me remete inclusive ao processo eleitoral último, de eleições de Presidente, aonde não ouvi ou vi, assisti nenhum dos candidatos debaterem a questão do Pré-sal. A questão do Pré-sal ficou como uma verdade absoluta como se fosse a solução de todos os males do país, não ouvi nenhuma voz nesse termo do setor ambientalista questionando a decisão política da exploração do Pré-sal. Esse tema continua sim, da mesma forma, parece-me que há uma anestesia, uma paralisia geral do Brasil inteiro,

fala-se apenas na partição dos resultados. E é de magnitude tão grande o tema, Conselheiro Adriano, a sua sugestão, talvez nós sejamos quase que ineficazes em qualquer possibilidade de cumprirmos, digamos assim, ou contribuirmos com uma possível solução para um eventual desastre que venha a ocorrer na exploração da camada do Pré-sal.

Algum tempo atrás, quando a Petrobras veio fazer uma explanação aqui no Estado do Paraná, inclusive o Presidente da Petrobras esteve aqui, tive a oportunidade de conversar com o Diretor e questioná-lo sobre a tecnologia, se a Petrobras tinha tecnologia efetivamente resolvida para fazer a exploração dos sítios e não ouvi uma assertiva, uma confirmação sólida de que todo esse processo está dominado. Coincidentemente semana passada estive em uma entrevista com um pesquisador americano e depois com um inglês na mesma direção e o que eles falam é de deixar a gente preocupado.

Bom, do ponto de vista objetivo do Paraná estamos tomando um cuidado muito grande com a questão da Bacia Litorânea. A Bacia Litorânea apresenta-se como um atrativo para indústrias que darão suporte à exploração do Pré-sal se instalar no Paraná por questão logística. O Estado do Paraná está com uma localização privilegiada, uma boa parte dos sítios do Pré-sal estão localizados no litoral, ainda que fora das águas territoriais do Estado do Paraná, mas bem próximo ao Estado do Paraná, e os espaços geográficos que têm no litoral do Paraná se mostram muito interessantes do ponto de vista de abrigar algumas estruturas. Claro que temos que nos preocupar com a questão ambiental, o zoneamento econômico ecológico está em desenvolvimento, já veio apresentar alguns resultados, inclusive levou a uma orientação no sentido do cancelamento de uma licença em um desses empreendimentos, pelo menos no local onde estava preestabelecido. E entendo que essa reflexão, o próprio Conselho poderia pegar esse tema e fazermos um debate mais amplo sobre ele. E penso inclusive que o próprio licenciamento ambiental, não tenho notícia de que tenha havido licenciamento ambiental na exploração do Pré-sal pelo Ibama, por exemplo. E penso também que esses projetos relacionados ao Estado do Paraná, a interlocução nossa e tenho falado com o Secretário Cássio, com o Secretário

Ricardo Barros, de que temos que abrir efetivamente uma interlocução direta com a Petrobras e não simplesmente com os intermediários que são os prestadores de serviços, que é esse conjunto de indústrias prestadoras de serviços ao Pré-sal, porque a preocupação é realmente muito grande. Se acontecer um evento, vejam, Campos é uma situação aparentemente de domínio, já causou um grande problema, vocês imaginem na questão do Pré-sal que efetivamente a complexidade é muito maior, os procedimentos são maiores, a possibilidade de se fazer um estancamento em um desses postos é muito mais difícil. Vejam a condição do Golfo do México também num passado recente.

Então, esse tema está fora da agenda brasileira ambiental e acho que merece sim uma discussão bem mais ampla. Então, a sua colocação é pertinente mediante a magnitude do que é o Pré-sal e do que é o projeto aqui, na verdade é apenas um alerta, mas não teríamos uma dimensão de ter ações eficazes para, quando chegar o momento da exploração desses poços, tomar uma providência. Mas, de qualquer forma, é bastante pertinente a lembrança e até sugiro ao Rubel, que está em tratativas com o Banco Mundial, na eventualidade de podermos ter, Rubel, pelo menos algum componente para que possamos colocar a questão do Pré-sal como um tema no sistema de prevenção de gestão de riscos e desastres naturais, porque, claro, vai afetar o Paraná, sem dúvida nenhuma.

Com a palavra a Conselheira Izabella.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Se o Rubel me permite, só para complementar um pouquinho sobre a questão do projeto que chamamos de Swap Paraná, mas o banco faz questão que chamemos de multissetorial, é um projeto grande, um nome grande. Esse projeto é um projeto para três anos e é especificamente para infraestruturar e melhorar a qualidade dos órgãos do Estado com relação ao atendimento à população para que estejamos melhor equipados, capacitados, orientados, etc., com equipamentos, como o Rubel falou, e com essas novas propostas, com esse novo jeito de olhar o Estado do Paraná e a sua população, inclusive estamos nós dentro dessa população. Então, é um projeto que efetivamente vai melhorar a infraestrutura do Estado de uma maneira geral. Então, a proposta de discutir a questão do Pré-sal é excelente,

mas, na minha opinião, como alguém que representa a Secretaria de Planejamento, neste momento não cabe dentro desta proposta. Mas como a Swap é uma modalidade que se estivermos atingindo muito bem as metas propostas, já temos um segundo momento de outro recurso do Banco Mundial, então é possível que não sequênciada seja possível se discutir isso. Essa modalidade Swap do Banco Mundial é um projeto aonde a questão ambiental é a base de tudo. Todas as ações que são realizadas nesse curto espaço de tempo, que são três anos para esse recurso de 350 milhões do banco que o Estado entra com uma proporção duas vezes maior, proporcionalmente é isso. Então, temos pouco tempo para realizar tanta coisa e a questão ambiental é fundamental, tanto que tem um componente em que todas as instituições estão envolvidas, todas aquelas que o Rubel mencionou, nenhuma é menos importante que a outra e se as questões ambientais não estiverem sendo seguidas com relação a vários temas, o Banco Mundial pára o projeto, entra com um painel de inspeção e retoma o projeto. Então, é um projeto de infraestrutura de melhoria da qualidade mesmo da questão do Estado com todas essas novas propostas de um novo jeito de ver o Estado do Paraná que é o plano de Governo.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Eu compreendo essa colocação, mas o que o Conselheiro Adriano coloca tem sim uma pertinência direta. Veja bem, temos listados anteriormente uma série de atividades ou empreendimentos. Fizemos esse levantamento recentemente, por ocasião de um estudo para o litoral e mesmo para o ZEE. Temos inclusive o órgão ambiental aparelhado para um possível olhar ou monitoramento, ainda que numa escala macro, sobre as atividades do Pré-sal. Realmente é interessante, porque hoje não teríamos absolutamente nenhum elemento para fazer até uma intervenção. Temos que depender de outros institutos, de outros instrumentos para um posicionamento a respeito de alguma atividade ou acidente que venha ocorrer nessas áreas. Perfeito. Claro que não pode interromper as negociações, esse assunto surge nesta reunião de hoje que é muito interessante, uma grande contribuição, não vamos prejudicar o andamento, mas se tiver algum espaço vamos buscar esse espaço.

O Rubel está me lembrando aqui, então, ele fez na realidade uma indicação de que essa mensagem seja homologada pelo Conselho, eu até comentei aqui com o João se seria o caso de uma moção, mas ele falou que tem alguns problemas do regimento, então que constasse em Ata, digamos assim, uma concordância de todos os Conselheiros com essa proposta de o Conselho Estadual do Meio Ambiente recomenda. Então, é pela recomendação daqueles projetos que estão expostos na apresentação.

A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Secretário, só queria um esclarecimento. O projeto é muito interessante, acho que existiam alguns anos atrás um Ministério da Desburocratização e até a visão do Estado como um Estado mais empresarial. Digamos assim, que tenha uma resposta para a população que seja bem mais empresarial. Achei bastante interessantes todas as propostas que estão sendo feitas, mas queria um esclarecimento com relação à questão de pessoal, porque se fala aqui, por exemplo, salas de gerenciamento na questão da Defesa Civil. Então, você precisa de pessoas que sejam capazes de fazer esse gerenciamento. Elas precisam ser treinadas e capacitadas para isso e tem que ter gente. A mesma coisa acontece na questão da modernização, na rede de monitoramento, sistema de fiscalização. Não adianta comprar coisas e não se ter pessoas que possam executar esses trabalhos, tanto na parte da Polícia Ambiental como na parte do IAP. A gente sempre houve a mesma queixa, que não há recursos, as pessoas já estão ficando com mais idade, já estão quase se aposentando e não se tem tido uma reposição de pessoal. Então, isso está previsto no componente do Governo ou está previsto em algum outro componente que não está aqui?

O Sr. José Rubel:- Muito bem. Vou tentar responder da seguinte forma. O projeto não prevê e não é permitida a contratação de pessoal. Ou seja, se você contrata o pessoal quando o projeto termina, quando o banco sai esse pessoal pode ser admitido. Vai ter que ter continuidade de sustentabilidade financeira. Mas nós, a equipe do projeto, consideramos que só contratar pessoal sem estudar os processos, sem determinar o perfil, sem melhorar a densidade de uso de tecnologias, sem melhorar a eficiência de todos esses processos não é suficiente,

ajuda mas não é suficiente. O que é necessário é um vínculo entre melhorias de gestão com o aporte de mão de obra. Isso acho que pode ser discutido em um outro nível, o projeto não entra em aporte de mão de obra, mas cria as condições para quando esse aporte acontecer ele aconteça com o maior ganho de eficiência possível.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Eu gostaria de fazer uma complementação, Conselheira Vânia. Na verdade é um informe, nós apresentamos, já está em curso na Secretaria de Administração, já passou pela Secretaria de Planejamento a proposta de contratação de pessoal para o sistema SEMA, que envolve os institutos e a própria Secretaria. O próprio Governador, num despacho com os Secretários e com os Presidentes das autarquias, deu a sinalização política e agora no âmbito técnico está havendo a confirmação de que a partir do ano que vem se abra concurso, era para ter acontecido ainda no final deste ano, mas já explico qual motivação que adiou, e serão repostos 450 servidores para todo o sistema, escalonado em duas etapas, uma no exercício de 2012 e o restante no exercício de 2013. E o concurso só não foi publicado agora no final do ano, porque nós já tínhamos feito toda a confirmação da demanda para atendermos a evolução da situação do quadro de aposentadorias e das necessidades que a sociedade exige do Sistema SEMA, mas nos deparamos com a questão da atratividade profissional. E a gente entendeu que na situação que está hoje a atratividade para esse concurso seria muito baixa.

Todos os senhores e senhoras sabem aqui que a formação de um profissional na área ambiental se dá de forma continuada e ininterrupta e mediante os casos concretos que vão se apresentando para deliberações, estudos, enfim. Então, não se aprende isso em nenhuma universidade, em nenhum curso que são gerados e oferecidos por aí. São importantes, claro, mas é aquisição de experiência é ao longo do processo. Então, tínhamos que fizéssemos o concurso, traríamos um grande número de pessoas, essas pessoas poderiam ficar pouco tempo, ser qualificadas e também já saírem. Fazer um processo de rotatividade que não seria bom para o sistema. Seguindo um exemplo do que aconteceu com o

Ibama e com o ICMBio que criou aquela figura do analista ambiental. Fizemos um grupo de trabalho aqui no Estado do Paraná, envolvendo os RH's dos três institutos vinculados, com a participação de uma representação dos servidores do Sistema SEMA e mais o chefe do RH da SEMA e recebi, agora bem recente, a proposta, portanto, um Projeto de Lei, criando a figura do Agente Ambiental Estadual, que todos os profissionais do Sistema SEMA estariam enquadrados nessa figura, que tem um reconhecimento dessa formação continuada e que se traduz numa situação de incentivo e atratividade para que se mantenha nos quadros e seguindo uma carreira ao longo da sua vida, sem ter motivação salarial para sair fora.

Esse é um processo que também já abrimos a discussão nas instâncias do Governo e espero terminar janeiro para que no máximo em abril a gente publique o concurso, cuidando com os prazos que a gente tem aí para poder contratar ainda ano que vem. Vai dar bem certo, porque a contratação desse programa com o Banco Mundial também não é imediato. Ele tem um período de maturação, então creio que essa sua preocupação vai ser superada.

Bom, vou propor aos Conselheiros uma interrupção de 15 minutos. Bem lembrado, ele fez a proposição e ela levantou o questionamento e novamente sobre essa recomendação do Conselho Estadual do Meio Ambiente a respeito dos projetos para o Banco Mundial. Então, eu colocaria em regime de votação, se todos concordam que façamos essa recomendação. (Palmas). Então, entendemos que há unanimidade na recomendação ou seja, o Conselho Estadual do Meio Ambiente tomou conhecimento e recomenda a implantação dos seguintes projetos: Projeto de Modernização do Licenciamento, Outorga, Fiscalização e Monitoramento Ambientais e Projeto de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres no Paraná.

Proponho agora um intervalo de 15 minutos, para retomarmos em seguida a continuidade da nossa Ordem do Dia, com mais três temas que tratam da descentralização e da Agenda 21 para que possamos encerrar a Ordem do Dia.

(Faz-se o intervalo de 15 minutos).

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito bem, Srs. Conselheiros, retomando a nossa reunião, na Ordem do Dia vamos promover uma inversão. Temos dois temas correlatos: o Projeto de Lei Complementar n.º 01/2010 - Cooperação entre União, Estados e Municípios em matéria ambiental que seria apresentado posteriormente pela Dra. Maude depois da fala do servidor José Luiz Bolicenha, que falaria da Descentralização de Licenciamentos Ambientais. Então, vamos inverter até para ficar mais compreensivo para todos o que o Bolicenha vai apresentar sobre o projeto de descentralização.

Então, convido a Dra. Maude para fazer a apresentação do Projeto da Lei Complementar Federal n.º 01/2010.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Sr. Presidente, se me permite sair um pouco do protocolo, queria fazer um elogio à sua equipe, ao Rubel que organizou toda a reunião para essas duas partes do projeto enorme que é esse projeto do Estado. Estou no Estado há quase 30 anos e fui uma das primeiras vezes que eu vi o Estado envolvido, motivado, as pessoas do próprio Estado, Bolicenha, o pessoal da antiga Suderhsa, do Águas Paraná, o Ramón, todo mundo, essas pessoas extremamente motivadas, e todo o mundo discutindo, todo o mundo participou do início ao fim do evento, o que é raríssimo. Então, é um momento muito interessante, muito oportuno que o Estado está vivendo e certamente pelas pessoas que foram colocadas nas direções das Secretarias que deu essa oportunidade. Pessoas que têm muitas ideias e que tem a possibilidade de agora colocá-las em prática. Podem comentar por aí que o Estado está andamento muito lentamente, mas realmente foi um ano de adaptação, de readequação e toda mudança e transformação traz discussão, traz esse tipo de coisa. Então, só queria comentar isso, porque foi uma reunião muito boa - a Maude inclusive comentamos isso que era visível a vontade de fazer dos funcionários do Estado e das outras instituições que estavam presentes. Só essa observação. Obrigada.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Corroborando com o que você está colocando, Izabella, a gente

sente isso também no âmbito do ZEE, que é uma equipe integralmente do Estado também esse entusiasmo, então vemos bons sinais pela frente.

Dra. Maude, por gentileza.

A Sra. Maude N. J. Motta:- Sr. Presidente, Sr. Secretário Executivo, senhores e senhoras Conselheiros, convidados. Esse tema da Cooperação entre União, Estados e Municípios vem a calhar, porque estamos na fase final de tramitação de um Projeto de Lei Complementar. Lembrando, o Artigo 59 da Constituição Federal disciplina o processo legislativo sendo que as leis complementares têm uma exigência que é o quorum qualificado, de maioria absoluta. Então, a Lei Complementar tem um trâmite um pouco mais difícil do que as Leis Ordinárias. E este Projeto de Lei que está em trâmite deveria ter vindo logo depois da Constituição de 1988, porque o Artigo 23 da Constituição já previa a necessidade de uma Lei Complementar para disciplinar essa matéria.

Fazendo uma rápida lembrança, existem duas vertentes básicas de competências previstas pela Constituição Federal. Uma delas é a vertente de ordem legislativa e outra vertente é de ordem administrativa. Isso está previsto em diferentes artigos da Constituição e a faz-se a distinção muito facilmente, porque as de ordem administrativa começam com verbos. É a coisa do fazer, que é o papel da Administração pública. E a Constituição prevê a competência privativa da União, do ponto de vista administrativo, no Artigo 21 e no Artigo 22 no Legislativo. E do ponto de vista das competências União, Estados e Municípios temos uma competência que é comum aos três, no caso a Constituição trabalha com quatro entes federativos, porque ela trabalha também o Distrito Federal, aqui vamos abordar só a União, Estados e Municípios.

Então, essa competência comum administrativa está prevista no Artigo 23 e na sequência, no Artigo 24, a competência concorrente em matéria legislativa que abrange União e Estados, o município não entra nesse rol. Sendo que cabe à União legislar em termos de normas gerais. Se não houver uma norma geral disciplinando alguma matéria, o Estado tem a sua competência plena. Só que, se vier a União posteriormente legislar sobre essa questão de ordem geral, a normativa que o Estado tiver feito tem que se adaptar a essa normatização.

E quanto aos municípios, o Artigo 30 da Constituição, no seu Inciso I, estabelece a competência originária, em termos de legislação para o município, que é tudo aquilo que tiver a ver com o interesse local. Interesse local, ao longo dos muitos anos tem sido uma matéria extremamente polêmica, tem muita produção doutrinária sobre isso. O que realmente é interesse local? Levando em conta que toda a cidadania mora no município, a gente não mora no Estado e nem na União, a gente vive nas cidades. União e Estado são ficções jurídicas, a realidade mora nos municípios. Outra questão importante a abordar é a hierarquia da norma legal. Esta hierarquia tem a forma de uma pirâmide. No topo dessa pirâmide está a Constituição Federal, que é elaborado por um Congresso eleito especialmente para isso, com delegação específica para isso. Na sequência vem o plano federal, aí o plano estadual que são as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais. Então, temos esse triângulo, essa pirâmide de hierarquia legal.

O município pode suplementar tanto a normativa de origem estadual quanto federal. E a competência administrativa, a atuação dos municípios está prevista nos Incisos II a IX, desse mesmo Artigo 30.

O objeto do Projeto de Lei Complementar 01/2010 que está nesta fase terminal de tramite é especificamente a competência comum administrativa. Não estamos mexendo aqui nem com competência legislativa nem com outro nível de competência e de forma muito específica. O Projeto de Lei trabalha com três Incisos do Artigo 23, que são exclusivamente matéria ambiental. O Parágrafo Único do Artigo 23, que é o que trabalha com a competência comum no plano administrativo entre União, Estados e Municípios, diz que leis complementares fixarão normas para cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e de bem-estar em âmbito nacional. Isso foi alterado em 2006, onde era Lei Complementar por Leis Complementares e esta, então, vem a atender essa exigência aqui da Constituição.

A abrangência deste Projeto de Lei, então, esta é a ementa dele, fixa normas para cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas

ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa a proteção de paisagens naturais notáveis - aí se entenda todo o trabalho de áreas protegidas e das unidades de conservação, proteção do meio ambiente que envolve toda a parte de licenciamento quanto fiscalização, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, fauna e flora. E ele faz uma pequena alteração na Lei 6938, que é a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente. A Política Nacional de Meio Ambiente continua em plena vigência, a única alteração que é feita os senhores verão mais à frente.

Então, os destaques que a gente faria do teor desse Projeto de Lei Complementar é que, nas ações administrativas, prevê exatamente a questão da gestão ambiental compartilhada e descentralizada e cita expressamente as palavras democrática e eficiente. Trabalha a competência comum do Artigo 23 com esses três Incisos: “Proteger documentos, obras e outros bens de valores histórico, artístico e cultural; monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos; proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer uma das suas formas, preservar florestas, fauna e flora”. E aqui de novo vemos destaques, a questão da cooperação, que é o espírito realmente já do texto constitucional, e as duas questões que a gente já viu, as ações administrativas ambientais decorrentes da competência comum.

Ele começa, como todo bom Projeto de Lei deve começar, com algumas definições que são as definições de licenciamento ambiental, de atuação supletiva e de atuação subsidiária. A Lei nº 6.938/81 também tem esse mesmo modelo de começar com definições e a gente não tinha ainda uma definição prevista em lei do que fosse licenciamento ambiental. Então, vem encobrir essa lacuna. Então, o Projeto de Lei Complementar tem dois enfoques: um viés que é a utilização de recursos naturais e a sua proteção e, de outra parte, o combate à poluição. Esses dois critérios, enfim, marcam a necessidade do licenciamento ambiental. Atuação supletiva é quando os entes da Federação, União, Estados e Municípios, podem substituir outra que tenha a sua competência originária e a atuação subsidiária quando um desses entes vai auxiliar o outro.

Os objetivos fundamentais previstos na lei são proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente; garantir equilíbrio de desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, envolvendo dignidade da pessoa humana; erradicação da pobreza, redução de desigualdades; harmonização de políticas e ações administrativas nos três níveis – porque tem sido vivenciada a dificuldade de trabalho conjunto e os novos projetos, entre os quais o apresentado aqui pelo Dr. Rubel tem a ver com isso, mesmo dentro de um mesmo órgão às vezes a gente tem diferentes impressões de leitura e procedimentos, quanto mais dentro desses três níveis. Então, um dos objetivos desse Projeto de Lei é harmonizar essas políticas e ações administrativas, evitando sobreposição, que tem sido um problema muito sério - entrei no ITCF em 1985 e nessa época o ITCF e o IBDF já tinham problemas sérios de sobreposição que não resolvemos até hoje, IAP e IBAMA, por exemplo. Enfim, tentar garantir a uniformidade de uma política ambiental para todo o país.

A lei prevê seis instrumentos de cooperação: consórcios públicos nos termos da legislação em vigor, convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos do gênero, as comissões tripartites, fundos públicos, privados e outros instrumentos econômicos, delegação de atribuições de um ente federativo a outro e a delegação da execução das ações administrativas.

Vou passar muito rapidamente em alguma coisa de cada um desses tópicos, até para tranquilizar o nosso Presidente, essa apresentação tem quase 60 slides, eu não vou usar todos, a intenção foi no sentido de disponibilizar para todo mundo os detalhes, para eventual consulta posterior.

Convênios e consórcios entre municípios com Estado, Estado com a União, já tem a previsão no Artigo 241, da Constituição, que está aí disponibilizado. Os consórcios públicos têm previsão na Lei 11.107, que é de 2005, é relativamente recente, com o regulamento por decreto e isso tem algumas vantagens, porque a gente já sai com um instrumento jurídico que nos dá mais segurança do que a gente ter que abrir picada no meio da floresta - com a devida autorização ambiental, ninguém vai abrir picada sem mais nem menos. Enfim,

objetivos de interesse comum, o consórcio se constituíra numa associação pública ou numa pessoa jurídica de direito privado e o consórcio público será constituído por um contrato. Ou seja, estabelece-se num primeiro momento, isso vem bem ao encontro das discussões que temos feito com o Dr. Bolicenha nessa questão da descentralização, tem aqui um caminho para a gente seguir. Protocolo de intenções, seguido de uma minuta de contrato com o instrumento que vai garantir esses acertos entre poder público nos seus diferentes níveis, Município, Estado e União. Mais importante ainda é a dispensa expressa de licitação para esse tipo de trabalho com os consórcios públicos, ou seja, reduz uma atividade burocrática desnecessária aqui no caso. Os consórcios públicos podem também envolver arrecadação de tarifas - lógico que isso vai ser um chamariz, principalmente para os municípios, e eu comentava com o Dr. Bolicenha um pouco antes do início dessa reunião, que vamos ser atropelados provavelmente pelos municípios interessados em assumir a sua parcela de responsabilidade na questão ambiental. Enfim, tem uma série de previsões já posta na questão de convênios.

E os prazos para esse convênio ou para esses convênios, o que é mais uma facilidade. Esses convênios, por expressa determinação legal, podem ser firmados por prazo indeterminado, porque sempre tivemos aquele problema de prazo de quatro anos ou de cinco anos, aí toda uma negociação e vence o convênio. Enfim, quem vivencia a atividade pública sabe o quanto esse tipo de prazo determinado pode ser um complicador.

Outro instrumento previsto no projeto é a Comissão Tripartite e enfatizando algumas questões que serão necessariamente objeto de trabalho deste egrégio Conselho. Essas Comissões Tripartites, existe a previsão de que sejam paritárias, União, Estados e Municípios, é uma coisa para pensarmos em como viabilizar esse tipo de paridade. A Comissão Tripartite tem o poder de estabelecer os seus próprios Regimentos Internos de funcionamento.

Existem condicionantes para delegação da execução de ações ambientais e a primeira delas é que o município e os Estados, para a delegação de competência União e Estado, tenha órgão ambiental ou órgãos ambientais capacitados e a

definição do que seja essa capacitação, que preveja um número adequado de servidores, devidamente capacitados, para atender uma demanda prevista e outra exigência é que tenha um Conselho Estadual do Meio Ambiente. Então, a capacitação é uma condicionante essencial para elaboração desses convênios para a descentralização. E a definição de capacitação é possuir técnicos próprios ou em consórcio. Este é um outro facilitador, porque quando se pensa principalmente em pequenos municípios, nem sempre aquele pequeno município vai ter no seu quadro de pessoal as pessoas com a formação ambiental, com a formação para trabalhar a questão ambiental. Então, pode haver um consorciamento de municípios que dividem o tempo desse profissional, desses profissionais e da mesma forma equipamento, etc. Agora, a lei fala expressamente em número compatível com a demanda das ações administrativas delegadas e devidamente habilitadas. Já vimos essa parte das outras condicionantes, podemos passar.

Dentre os objetivos das ações de cooperação, aqueles que já vimos anteriormente, previstos no Artigo 3º, a garantia do desenvolvimento sustentável.

Vou tomar a liberdade de resumir os 25 Incisos que se seguem, para quem quiser acessar o texto integral deles, a Secretaria terá cópia da apresentação disponível, e desses 25 Incisos vou destacar quatro ações administrativas ambientais que virão de União para cá ou que bem estaremos delegando para municípios: “Áreas protegidas; Licenciamento ambiental e autorizações; Fiscalização ambiental; e estudo, pesquisa e divulgação”.

Áreas protegidas é um termo genérico que envolve: Unidades de Conservação; áreas de Preservação Permanente; Reservas Legais; Corredores de Biodiversidade; e nós temos aqui no Paraná uma regulamentação específica sobre as áreas estratégicas para a conservação da biodiversidade. Existe uma possibilidade de ação conjunta, e conversávamos com uma das Conselheiras aqui inclusive sobre a necessidade de regulamentarmos a presença do trabalho voluntário de cidadania ou mesmo de servidores dentro das unidades de conservação.

Essa é uma das primeiras áreas onde estamos mais adiantados com o Projeto Bioclima, que conta com o Pagamento de Serviços Ambientais, casando a conservação da biodiversidade com as mudanças climáticas. Existe o Cadastro Estadual de Unidade de Conservação, que é a base do Sistema Estadual de Unidade de Conservação, e do pagamento do ICMS dito ecológico. Temos dentro do Programa Bioclima a questão dos fundos ambientais, uma carteira especial no Fundo Estadual de Meio Ambiente para os recursos públicos e a previsão de formação de fundo ou fundos para os recursos privados, o Zoneamento Ambiental – Zoneamento Ecológico Econômico, enfim, essa questão das mudanças climáticas, todas essas questões estão diretamente ligadas a esse assunto de áreas protegidas e onde os municípios têm que ter participação direta.

Estou começando pelas ideias mais simples, que é essa, que está mais avançada, das áreas protegidas, e a questão de estudos e pesquisas e a divulgação das informações ambientais. Cada município precisa ter um sistema municipal de informação ambiental e vamos lembrar que a Lei Federal, a própria Lei 6.938/81, da Política Nacional de Meio Ambiente, exige que onde a informação ambiental não existir, o poder público tem o dever de providenciar que ela seja constituída. E os Estados, somando Municípios e Estados, integram o Sistema Nacional de Informações Ambientais. É praticamente impossível gerenciar alguma coisa que a gente não conhece, da qual não se tem informações. Então, a existência desse Sistema Nacional de Informações Ambientais, com a participação dos Estado e Município, é fundamental.

Outra questão e aí extremamente importante é a pesquisa que vem estabelecer parâmetros ambientais a partir dos quais se vá trabalhar a questão do licenciamento e fiscalização. Pode haver uma ação conjunta com laboratórios, universidades, para produção e para prestação dessas informações ambientais e para a produção dos RQA - Relatórios de Qualidade Ambiental e aí envolve também a questão da própria educação ambiental para ajudar a disseminar informações.

E as duas últimas questões que são questões muito mais complexas. Licenciamento ambiental envolve quatro fases: Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação e as renovações periódicas – não existe licença ambiental permanente. Uma questão que não temos que incluir dentro dos nossos licenciamentos aqui no Estado do Paraná são as autorizações de aproveitamento de vegetação, isso tem que estar incluído dentro da licença ambiental e não ser um procedimento externo essa licença. Isso é uma das muitas coisas que necessariamente vamos ter que alterar na modernização do IAP. Essas autorizações envolvem uma série de questões de fauna e de flora, inclusive questões de criadouros de animais silvestres. Há uma dimensão gigantesca de atividades que hoje o Estado do Paraná não faz e que vai receber da União e que vai precisar pensar muito em como repassar isso aos municípios, o que repassar e de que maneira.

Planos de Manejo Florestal Sustentável que é outra área incluída dentro da questão do licenciamento. E uma outra questão que estamos ainda engatilhando é a questão do monitoramento e principalmente do automonitoramento onde o papel do empresariado em geral é fundamental, esse link entre poder público e empresariado. Do ponto de vista da fiscalização ambiental o Projeto de Lei prevê que fiscaliza aquele que licencia. Isso ainda vai dar bastante polêmica, mas em princípio aquele que detém a competência de licenciamento é quem será o responsável pela fiscalização daquela atividade, obra ou empreendimento. O que não significa que qualquer pessoa, física ou jurídica, deixe de ter a responsabilidade de denunciar ou tomar providências frente a qualquer degradação ambiental que constatar. Isso é dever constitucional de cada um de nós, pessoa física ou jurídica. E também não significa que a competência comum de diversos órgãos para agir e acionar aquele que teria a competência originária.

Vamos para disposições finais, que também já vimos a questão da subsidiariedade e ações comuns, já vimos que quem fiscaliza licencia, prevalecendo os parâmetros usados por aquele detentor da competência originária, seja União, seja Estado, seja Município. A vigência desse Projeto de Lei, tão logo publicado, para processos daquele momento em diante. Então, tem

mais um problema para a administração pública que será o gerenciamento dos processos anteriores à instituição dessa estrutura. E, para terminar, toda essa quantidade imensa de questões extremamente complexas depende da definição de tipologia.

Propostas. Já vimos a questão da tipologia, e tenho uma ideia para repassar e tomo a liberdade em propor a este egrégio Conselho que a gente comece a pensar muito seriamente em ampliar a participação neste Conselho, que é a grande caixa de ressonância das questões ambientais no Estado, tanto para os órgãos federais, e aqui citei o IBAMA e ICMBio, que são os dois mais diretamente vinculados à matéria, mas principalmente aos órgãos municipais. E muito diretamente ao IAP, ao Instituto das Águas, eu sugiro que esse trabalho de debate, de discussão comece a acontecer com mais frequência nas suas áreas de abrangência.

Que este Conselho tenha também o papel de apoiar a Comissão Tripartite, paritária, que vai precisar começar a funcionar, e tomaria ainda a liberdade de sugerir que exista um Grupo de Trabalho, vinculado a uma das Câmaras Técnicas, que possa estabelecer essas tipologias e esses parâmetros que vão orientar os procedimentos de implementação das ações ambientais compartilhadas. Vamos precisar de minutas padrão de Protocolo de Intenções, dos contratos, dos convênios. Vamos ter um trabalho muito grande no sentido de fixar tabelas de taxas e preços das questões ambientais, da prestação do serviço público, enfim, não vai ser pouco trabalho.

O que se entende por tipologia? A própria lei já apresenta três critérios. O porte do empreendimento, da atividade, ou da obra, o seu potencial poluidor, a natureza da atividade ou do empreendimento. E o que são parâmetros? São normas, são critérios e padrões tanto técnicos quanto científicos. Não é uma tarefa fácil estabelecer uma matriz de tipologia. Para que serve isso? Para a gente saber o que a gente pode repassar para os municípios. O que aquele município tem já disponível e o que ele precisa vir a ter para assumir que tipo de responsabilidade? O que nós, Estado do Paraná, precisamos para assumir quais responsabilidades que venham a ser repassadas para a gente?

Agradeço a atenção de todos os senhores e tem uma questão que eu, pessoa física, gostaria de acrescentar aqui, pelo o que pude perceber pelos trabalhos de hoje. Eu me aposentei em 2009, com 27 anos de serviço público estadual, um período de 08 anos junto ao IBAMA no Parque Nacional de Ilha Grande, mais três anos antes disso na área municipal. São 30 anos de serviço público. Até 2009, nesse período todos nós contribuimos de 85 até 88 com propostas para a Constituinte Federal, participamos ativamente de grupos técnicos de apoio da Constituição Estadual e temos produzido boa parte desse trabalho jurídico a que se referiu o Conselheiro. Nunca, Presidente, Secretário e Conselheiros, nunca, até 2009, mandamos nenhum Projeto de Lei ou uma Minuta de Decreto para a PGE. Isso nunca aconteceu antes! Constituíamos grupos de trabalho para a elaboração de projetos de e minutas de decreto, encaminhávamos ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, que recebia essas minutas ou anteprojetos, aprovava e mandava para a Casa Civil. O parecer jurídico antes da assinatura do governador enviar para Assembleia Legislativa, ou mesmo a assinatura dele no decreto, esse parecer jurídico sempre foi feito pela Casa Civil, através da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos específica. Tenho um carinho imenso pela nossa PGE, a Ana Cláudia é uma pessoa com um conhecimento ambiental vastíssimo, foi caloura nossa no Doutorado de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, mas a PGE tem duas pessoas trabalhando com a questão de meio ambiente. Apenas duas!

Então, eu tomaria a liberdade de humildemente sugerir a criação de um grupo de trabalho, de uma Câmara Técnica como existe no CONAMA, que é a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, aqui dentro do Conselho, onde tenha assento a PGE, para acelerar os trâmites, não vamos poder esperar seis meses para essas leis e decretos estarem assinados e em vigência. Seremos cobrados, vamos precisar de alguma forma criar agilidade.

Essa era a contribuição que eu tinha, Muito obrigada e permaneço à disposição, peço desculpas até por ter estourado o tempo. (Palmas).

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Agradecemos a contribuição da Dra. Maude e em seguida pedimos ao Bolicenha fazer a apresentação.

Com a palavra Conselheira Ana.

A Sra. Ana Cláudia Graff (PGE):- Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Advogada Maude, tendo sido citada como advogada e como representante da Procuradoria Geral do Estado não poderia me furtar a esclarecer que em geral as solicitações que vêm de pareceres não vêm da SEMA, vem da própria Casa Civil.

Então, o Governador Beto Richa, dado todo esse período de Governo, não assina nada sem a manifestação da Procuradoria Geral do Estado e a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos já existe aqui no CEMA, mas não substitui o parecer da Procuradoria Geral do Estado. Então, se a demanda de questões ambientais continuar aumentando e ela tem sido cada vez maior, acho que o CEMA ou a SEMA poderia pleitear a lotação de mais procuradores do Estado na Procuradoria de Meio Ambiente e Proteção de Interesses Difusos, mas isso sem prejuízo da participação da PGE em Câmaras, em grupos. Acho que tudo isso poupa tempo, serviço e discussões e a gente tem feito isso na medida do possível, na medida em que tem sido solicitado.

É só essa contribuição que gostaria de deixar.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, com a palavra o Bolicenha.

O Sr. José Luiz Bolicenha (IAP):- Srs. e Sras, boa tarde, boa tarde Sr. Presidente, é um prazer comparecer nesta reunião ordinária do Conselho. Minha fala fica prejudicada pela excelente apresentação da Dra. Maude. Só queria deixar bem especificado quando o Secretário e o Presidente Tarcísio me solicitaram que começássemos a trabalhar, a analisar a questão da descentralização de atividades pelos municípios, Projeto de Lei que existia e nem do Projeto de Lei de organização de licenciamento que foi apresentado agora há pouco, como a Dra. Maude falou alguma coisa não está na apresentação, porque está no Projeto de Lei .

Dois objetivos: “Desenvolvimento de estratégias, metodologia e critérios para descentralização aos Municípios do licenciamento e controle (fiscalização) ambiental de empreendimentos, atividades e obras de impactos ambientais locais” - então, como a Dra. Maude falou, temos que definir bem as questões das atividades de impactos locais. Fazer lista, definirmos bem para conseguirmos repassar para o município, o licenciamento e a fiscalização. Todo órgão que licencia tem que fiscalizar.

O outro objetivo: “Fortalecer institucionalmente as administrações municipais, para assumirem em caráter normativo e deliberativo, as responsabilidades inerentes às questões ambientais, de forma integrada com o planejamento do uso e ocupação do solo no município; Maior agilidade dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental, pela proximidade do processo decisório” – lógico, está lá no município, o município recebe os processos, automaticamente é muito mais rápido, ele conhece praticamente todos os seus problemas ambientais, então, dando maior agilidade aos processos de licenciamento.

“Melhor qualificação e efetividade dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental pelo maior conhecimento das circunstâncias locais: Desafogo de parte do trabalho do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), descentralizando para os Municípios o licenciamento ambiental das atividades, empreendimentos e obras de impactos ambientais locais”. Quando fomos incumbidos para esta questão de descentralização, fizemos um esboço, eu sou muito descentralizador, eu não queria só para mim. Comecei a conversar com chefes dos escritórios regionais, com os chefes dos escritórios regionais da SEMA para entender o que era o nosso produto a descentralização das atividades de impactos locais. E na conversa que a gente teve com as nossas chefias e técnicos dos Escritórios Regionais constatamos que basicamente de 30 a 35% da nossa demanda hoje nas regionais do IAP são atividades de impactos ambientais locais.

Esses licenciamentos têm todo um procedimento, tem toda uma burocracia que tem que ser cumprida. Às vezes para licenciar uma atividade simples, tem

que entrar na programação de vistoria e nós do IAP vistoriamos estes procedimentos de acordo com programações e ou agendas, muitas vezes com demora acima do normal. Então, repassando para o município a agilidade vai ser bem maior com certeza.

Atividades a serem descentralizadas. O próprio IAP já define algumas atividades e temos certos procedimentos. Temos a Resolução nº 051/2009 – SEMA que dispensa de Licenciamento e/ou Autorização Ambiental Estadual de empreendimentos e atividades de pequeno porte e baixo impacto ambiental – DLAE. As atividades são essas, e aqui estão as atividades, porque temos de acordo com o porte e a questão do impacto local. Só para vocês terem ideia, hoje, toda a instituição financiadora para emprestar recursos para a agricultores, ou para empresas ou para empreendimentos imobiliários, sempre pede que o IAP forneça algum documento ou licença ambiental sobre a questão do empreendimento, para verificar se o empreendimento está ambientalmente correto. Quando estivemos em visita ao Regional de Pato Branco, fomos informados que um produtor rural queria financiar a compra de quatro vacas. O banco pediu informação do IAP com relação à questão ambiental com referencia a compra das vacas e a mesma coisa para tratores, equipamentos agrícolas.

Então, isso demanda um procedimento, um processo que se protocola no escritório, tem todos os procedimentos, tem os encaminhamentos e demora. Para empreendimentos avícolas, empreendimentos de piscicultura, empreendimentos de suinocultura, empreendimentos industriais e /ou artesanais, tudo de acordo com o porte. Empreendimentos comerciais e de serviços, micro e pequenas empresas, cortes isolados de espécies nativas em área urbana, atividades de conservação, manutenção, restauração de rodovias restauração de Rodovias Estaduais e Municipais e outras atividades.

Resolução nº 070/2009 – CEMA, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece condições e critérios e dá outras providências para empreendimentos industriais. Art. 4º - “Ficam dispensados do licenciamento Ambiental Estadual os empreendimentos industriais cuja atividade atenda os critérios...”,

“Art. 5º - Ficam passíveis de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS os empreendimentos com critérios estabelecidos” - então é um procedimento mais simples, mas que tem toda aquela burocracia, protocolo, documentação e encaminhamentos. Só para vocês terem uma ideia o chefe regional recebe o processo, olha, encaminha para a vistoria, para saber se está tudo bem, para uma dispensa de licenciamento.

Temos também a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Temos as secções, só para vocês terem uma ideia, atividades de construção, de planejamento, de informação, de imobiliária, de educação, de saúde, de artes. Então, são atividades de pequeno impacto que poderiam ser repassados aos municípios. Até corte de árvores nativas e desmate em área rural conforme legislação e também manejo florestal de bracatinga, conforme legislação.

O Castella falou bem, o IAP está autorizando só o manejo da bracatinga. O que é o manejo? É o corte, vai conduzir a bracatinga para futuros cortes, então por que não repassar para os municípios? Principalmente os nossos municípios aqui da região Norte de Curitiba, Bocaiúva e Almirante que o manejo de bracatinga é atividade tradicional.

Então, na época, bolamos alguns requisitos necessários aos municípios. A Dra. Maude falou: “Corpo técnico especializado, com quadro de profissionais legalmente habilitados para a realização do Licenciamento Ambiental – isso para nós é indispensável; Possuir servidores com competência para o exercício da fiscalização ambiental; Conselho Municipal de Meio Ambiente (implantado e em funcionamento), instância normativa, colegiada, consultiva e deliberativa de gestão ambiental, com representação da Sociedade Civil organizada; Possuir Fundo Municipal de Meio Ambiente – por quê? Hoje as taxas vão para o Estado, se o município passar a exercer a questão do licenciamento e fiscalização, por que não criar uma lei e esse recurso automaticamente irá para o município. Legislação própria disciplinando o licenciamento ambiental municipal, as sanções administrativas pelo seu descumprimento - é a questão do licenciamento e a multas. Também na nossa ideia o município tem que ter Plano Diretor se

possuir população superior a 20.000 habitantes e Código de Postura e/ou Lei de Diretrizes Urbanas se a população for inferior a 20.000 habitantes. Isso para nós, não sei agora com este Projeto de Lei, mas era fundamental todos esses requisitos, o município tinha que se habilitar com todos esses requisitos para conseguir fazer o convênio.

Nós também pensamos no instrumento para a parceria, num termo de Convênio de Cooperação Técnica que entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMA, tendo como interveniente o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e o Município através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente quando tiver, ou Secretaria Municipal que possua pelo menos Diretoria de Meio Ambiente, porque nem sempre os municípios só têm Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas tem um Plano Diretor.

Nesse termo tem as cláusulas e as obrigações do IAP: “Definir e elaborar instrumentos e procedimentos de acompanhamento e avaliação da execução das ações conveniadas - lógico, estar coordenando, verificando como está a situação; Orientar e instruir, técnica e normativamente a Secretaria Municipal; Disponibilizar o Sistema de Informações Ambientais (SIA), ou outros que venham a serem desenvolvidos – temos condições, o nosso setor de informática diz que tem condições de colocar os municípios ou outro sistema para gerenciarmos; Fornecer treinamento aos integrantes da Secretaria Municipal; Acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades desenvolvidas”

Compete ao Município: “Exercer em seu território urbano e rural as atividades de controle ambiental; a competência deliberativa para o licenciamento ambiental das seguintes tipologias - como a Dra. Maude falou, é muito importante definir quais atividades vamos delegar aos municípios. Não é porque o município é bonito e tal vamos delegar. Não! É de acordo com a competência técnica, os técnicos habilitados nas atividades que vamos repassar. Falei com poucos municípios, poucos prefeitos, mas tive um contato com a prefeita de Bocaiúva, ela quis saber sobre a descentralização e ela entendeu bem. Para o Município de Bocaiúva descentralizar só a atividade do manejo da

bracatinga, técnico habilitado em engenharia florestal ou agrônomo, por que não? Encaminhar semestralmente relatório das atividades desenvolvidas, etc.

Tem um plano de trabalho esse termo: “objeto, área de atuação, metas, detalhamento do trabalho, relatórios, recursos financeiros, etapas de execução, condições gerais.

Temos uma ideia para 2012, não sei de que jeito, tenho quase certeza que vai aumentar, mas acho que deu 21 municípios, até pela conversa que tivemos com os chefes regionais, com nossos técnicos, tanto da SEMA quanto do IAP, alguns Prefeitos e alguns Secretários Municipais de Meio Ambiente, temos uma ideia para 2012. Araucária que já está bem adiantado, Piraquara que também já está em andamento, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Pinhais, São José dos Pinhais, Campo Largo, Guarapuava, Fazenda Rio Grande, Campo Mourão, Toledo, Umuarama, Jacarezinho, Colombo, Francisco Beltrão, Pato Branco, União da Vitória, Paranaguá e Cornélio Procópio. Basicamente são essas sedes dos escritórios regionais, que são as cidades de maior porte que tem condições.

Antes do encerramento, queria passar um dado para vocês. Na região Sul - Rio Grande do Sul possui 293 municípios, vi ontem no site, que estão descentralizados, que estão fazendo as atividades de licenciamento e fiscalização; Santa Catarina – 70 municípios para cota de supressão de vegetação e 22 municípios outras atividades, que são atividades industriais e outras; Paraná – 01, Curitiba. Muito obrigado. (Palmas).

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Agradecemos a presença do Bolicenha, parabenizando-o também pela apresentação e dizer que este tema é bastante importante e que esse compartilhamento vai oferecer agilidade e a responsabilização dos municípios também na gestão ambiental.

Dando sequência à nossa Ordem do Dia e finalizando, convido a Rosana e o Diego para que possam tratar do tema “Corporativos do Paraná para a Conferência Rio+20”.

A Sra. Rosana Vicente Gnipper:- Estou na coordenação das ações da Agenda 21/Paraná na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e sou coordenadora também do Fórum da Agenda 21 Paraná.

Nesta apresentação vou fazer um breve relato do fórum, a situação que estamos para contextualizar o grupo de trabalho da Rio+20 para o qual fomos convidados para trazer os nossos trabalhos aqui para os Conselheiros.

Vamos falar um pouquinho sobre o resultado do workshop da Agenda 21 e a consulta pública, respondemos a consulta pública no Ministério de Meio Ambiente, o problema atual do processo da Conferência, a criação do comitê paranaense para a Rio+20 e o planejamento estratégico para a construção do posicionamento do Paraná na Rio+20.

As atividades da Agenda 21 no Paraná acontecem a partir de decisões tomadas no Fórum Permanente da Agenda 21. Esse fórum foi criado por Decreto, em 04 de fevereiro de 2004. Hoje estamos em 77 integrantes e instituições, órgãos do Governo e nos grupos temáticos de trabalho relativos a cada tema norteador da Agenda 21 que são dez, então temos dez grupos temáticos de trabalho trabalhando desde maio até setembro com 104 pessoas representando diversas instituições.

Para vocês terem ideia um pouquinho da composição entre Governo e sociedade, porque é assim que nós nos dividimos no fórum, são 21 instituições governamentais do Estado, três instituições governamentais dos municípios, temos hoje conosco Almirante Tamandaré, Colombo e Castro, 28 instituições não governamentais, 09 de ensino superior e 16 participantes ativos que são cidadãos, que não participam exatamente de nenhuma instituição, mas querem estar presentes no Fórum da Agenda 21. Nos grupos temáticos de trabalho, temos 79 representações da sociedade civil e 25 representações de instituições governamentais.

Para entender um pouco o funcionamento, lá em cima é a coordenação da Agenda 21, o Fórum Permanente, coordenações do fórum, coordenação temática e a coordenação executiva. Na coordenação temática tem o grupo temático de trabalho diretamente ligado ao fórum Rio+20, que é o motivo de apresentação

aqui hoje. A Comissão da Juventude, o grupo de trabalho de Boas Práticas. Eu falo rapidamente um pouquinho deles lá para frente.

Atividades em andamento, que na verdade para nós é um processo contínuo, porque o fórum da Agenda 21 não é um programa é uma ferramenta de planejamento, não temos exatamente um projeto da Agenda 21, mas temos atividades continuadas. E o grupo temático de trabalho como norteador, desde maio estamos trabalhando com o cumprimento de metas que foram estabelecidas num documento, a partir de um Seminário Internacional que ocorreu em novembro de 2009. Estamos trabalhando, vamos tentar apresentar na última reunião do fórum dia 16.

O grupo de trabalho Boas Práticas tem a finalidade de elaborar critérios para reconhecimento de programas, projetos e planos nos diversos setores da sociedade paranaense, tanto de Governo quanto da sociedade, que estejam alinhados com a Agenda 21. Então, a nossa intenção é que a Agenda 21 Paraná seja um ponto de referência para análise desses programas e projetos, para que realmente tenha reconhecimento de Agenda 21, um programa ligado com a Agenda 21, que tenha uma chancela da Agenda 21 no Paraná. É composto por um representante de cada grupo temático de trabalho.

O Grupo de Trabalho Rio+20, o plano de resgate de animais em desastres que é um trabalho que estamos fazendo em conjunto com a Defesa Civil. Hoje de manhã tivemos mais uma reunião, a cada reunião, para a nossa surpresa, novos atores, novas instituições vão chegando nesse trabalho junto com a Defesa Civil, porque eles perceberam no incidente que aconteceu no início do ano que muitos animais precisavam ser assistidos, não tinham só pessoas que precisavam e que eles não tinham no protocolo deles essas atividades, estava tudo na base do improvisado, na base do amor. Foi instigado por mim da gente elaborar de forma conjunta um plano de trabalho para os animais e eles imediatamente, já sensibilizados com o que vinha acontecendo, acataram a ideia e vai ser bem bacana esse trabalho com a Defesa Civil.

A Agenda 21 - local, processo de Agenda 21 no Estado do Paraná, os municípios, Comissão da Juventude que basicamente está fazendo uma

articulação com a juventude paranaense, visando a Conferência Rio+20. Início de planejamento. A coordenação do Comitê Paranaense Rio+20 que é um decreto, foi uma proposta do GT Rio+20, a criação de um Comitê do Paraná para o Paraná se mostrar na Rio+20 como Estado. Existem diversas iniciativas no Estado do Paraná, diversos segmentos e a intenção do Comitê é unir. Não tenho ciência de nenhum outro estado que tenha criado um Comitê Paranaense da Rio+20. Existem Comitês da Sociedade Civil sendo criados e bastante fortalecidos em diversos Estados, mas me parece que essa nossa iniciativa é a primeira. Estamos aguardando a assinatura do governador para iniciarmos esses trabalhos e na nossa proposta de Decreto o Fórum da Agenda 21 coordena esse Comitê através do grupo de trabalho do Rio+20.

A Agenda 21 em Movimento, um trabalho de divulgação itinerante da Agenda 21 no Estado. Conferência da Agenda 21 com o objetivo de elaborarmos o documento da Agenda 21 do Paraná que nós ainda não temos. Pacto 21 Universitário, que também é uma continuidade de um trabalho que já existia, mobilizando as instituições de ensino superior.

Então, rapidamente, bem rápido mesmo um panorama da Agenda 21, é muito trabalho, é muita gente, é muita mobilização e passo a palavra ao Diego, o nosso representante da juventude no Fórum da Agenda 21, que assumiu recentemente a coordenação do grupo de trabalho da Rio+20. E aí fico à disposição.

O Sr. Diego H. S. Baptista:- Boa tarde a todos. Tenho um desafio muito grande aqui, sou jovem, sou convidado e tenho que fechar essa grande reunião rica de propostas e tão qualitativa. Vou tentar ser menos teórico, menos analítico e um pouco mais reflexivo em relação a isso, para nos permitir isso talvez, eu sendo jovem, quebrando um pouco os protocolos e permitindo essa reflexão de por que fazemos o que fazemos? E se acreditamos no que fazemos, por que acreditamos no que acreditamos?

Enquanto vocês estavam apresentando tanto as Câmaras Temáticas, quanto os Projetos de Lei, os decretos, os projetos especificamente, vou arriscar

algumas reflexões em relação a essas respostas, por que fazemos o que fazemos? Uma é um depoimento pessoal.

Meu nome é Diego, hoje sou Professor de Relações Internacionais na universidade, fiz uma pós-graduação recentemente em Gestão do Desenvolvimento pela OIT onde tive conhecimento de tudo o que foi apresentado hoje aqui. Então, pela primeira vez estou vendo na prática aquilo que eu vi na teoria, a busca do que a ONU faz ou as agências de desenvolvimento é pela eficácia do desenvolvimento, a eficácia das instituições. O processo da Rio+20 é um processo, estamos trabalhando hoje rumo a Rio+20 e o que percebo pelas propostas apresentadas é que estamos rumo a um processo de inovação em gestão pública, um processo de eficácia do desenvolvimento, arriscando novas temáticas, a abordagem de novas temáticas que antes não eram faladas. Isso me traz muito contentamento pessoal e profissional, porque quando vocês iniciaram as suas carreiras eu era a futura geração provavelmente.

Então, hoje percebo a realização do que era o conceito de desenvolvimento sustentável aqui neste Conselho Estadual do Meio Ambiente. E por outro lado, hoje na função que me cabe dentro do GT de coordenar essa iniciativa que eu comecei com a mobilização da juventude e por ser um internacionalista, um gestor do desenvolvimento apaixonado, acreditando no que eu faço, ou seja, esse processo rumo a Rio+20, rumo a novos temas, a novos processos de Governança e nos prepararmos aos temas emergentes e desafios que estão por vir. Percebo também que o Paraná já é a expressão dessa Rio+20. Então, tenho por um lado a satisfação pessoal e acreditar também, como coordenador desse GT da Rio+20, que o que foi apresentado aqui é o que está sendo proposto pela ONU na Rio+20 de fato, que são os temas da economia verde que engloba a qualificação que cada Câmara Temática fez e as propostas tanto de projetos e instrumentos de cooperação que embarcam a proposta de governança para o desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista isso, acho que nada mais justo, nada mais motivador, do que o Paraná ser o propulsor de um Comitê Paranaense para a Rio+20 como modelo estadual, referência para outros Estados no Brasil também como práticas

inovadoras que já realiza a Rio+20, não estamos rumo a Rio+20. O Mário Stron que foi Secretário da Rio92 ele falou que não queremos vir para a Rio+20 propor coisas para o futuro, mas sim apresentar aquilo que a gente já realiza, aquilo que a gente já está fazendo.

Então, inicialmente é a proposta de convite para que a gente formalize tudo nos termos de que esse decreto já está sendo iniciado e essas propostas que o Conselho aqui apresenta já é a vitrine do a Rio+20, o que o Estado do Paraná pode propor para a Rio+20. Não só propor para a Rio+20, mas também fazer o Paraná Rio+20, ou seja, como os temas da conferência são implementados regionalmente, localmente.

Então, avançando, vou ser bem rápido e conciso, a mensagem que queria dar era justamente essa, mas vamos detalhar um pouco do funcionamento. Basicamente o grupo de trabalho tem o objetivo de articular a participação de diversos setores assim como é a proposta de um Conselho ou um Comitê, trabalhando a questão do multilateralismo e da governança, obviamente. Aí está a composição. Alguns dos membros do GT estão aqui presentes, só vou nomear alguns, o Bo que está aqui participando, o Professor Carlos Mello Garcias, eu, Diego, o Robson da Copel, a Rosana, o Valdir, a Mônica e a Mari que estamos aqui hoje representando o GT Rio+20.

A iniciativa dentro do GT Rio+20 foi a articulação do workshop, que foi em parceria com o Instituto Vitae Civilis, que é a ONG que está trabalhando mais próximo tanto com a Comissão Nacional para a Rio+20 como com o Comitê Facilitador da Sociedade Civil. Então, os instrumentos de cooperação estão um pouco segmentados em certo ponto de vista, então a inovação do Paraná a propor articulação de todos esses setores e como resultado disso foi a reflexão que o Paraná estava na frente já. Estávamos propondo um debate que o Brasil ainda não tinha iniciado e outros Estados ainda não tinham iniciado. Então, ao propor esse diálogo público já começamos a avançar. E algumas iniciativas, algumas propostas já iniciaram aí, tanto a questão de campanha e sensibilização da sociedade com outros temas, avaliação dos diagnósticos quando a gente percebe as Câmaras falando o que estamos fazendo desde 92, já é uma proposta de

avaliação desses avanços, dialogar também o posicionamento do Paraná em relação a esses temas, acho que este Conselho já tem o posicionamento muito consolidado em termos disso e fortalecer a Agenda 21 como uma das pautas na Rio+20. mencionando que também teve um Seminário em Foz do Iguaçu, articulado pelo Vitae Civilis, ele se chama diálogos nacionais, ou seja, vários atores internacionais articulando os temas da Rio+20, basicamente fazendo campanhas e indo em estados e estados perguntando quais são suas propostas.

Então, tivemos a oportunidade de estar em Foz do Iguaçu, representando o Fórum Permanente da Agenda 21 e levantando as propostas do Paraná dentro desse Seminário. Outra iniciativa muito interessante foi que o Governo Federal iniciou a consulta pública em relação aos temas da Rio+20, perguntando aos diversos atores, foram mais de 138 questionários respondidos uma grande maioria da sociedade civil, setor privado e Governos também, respondendo essas 11 perguntas, esses 11 desafios. O Brasil está preocupado em saber qual será o posicionamento, abrindo o diálogo, numa tentativa transparente, democrática de participação, embora se tenha as suas falhas processuais em tudo isso, foi eficaz, reuniu em um documento que está disponível em um site no Ministério de Meio Ambiente, para quem tiver acesso, e o Paraná se posicionou em relação a isso na figura do Fórum Permanente da Agenda 21.

Esse documento feito pelo Fórum Permanente da Agenda 21 vai ser exposto para download no site da SEMA na aba da Agenda 21 do Paraná. Em breve deve estar já disponível. E acredito que convém muito com as propostas que estão apresentadas aqui no Conselho e reflete a impossibilidade desse rumo Paraná Rio+20, rumo Paraná sustentável ou o desenvolvimento integral do Paraná também como de termos um documento inicial para formular as políticas públicas em relação a isso e dialogar de uma forma multissetorial quais propostas podem ser tiradas desse esforço que foi feito em termos de responder essas questões, essa consulta pública no Ministério de Meio Ambiente.

O que está acontecendo hoje na Rio+20? Está acontecendo muita coisa, obviamente não dá tempo de falarmos sobre todo o processo, mas basicamente algumas questões importantes que surgiram. Hoje estamos a cento e noventa e

poucos dias da Conferência, saiu um site em português, finalmente, então as informações estão mais acessíveis à população, para os atores nacionais em termos de documentos oficiais, processos, reuniões que estão sendo feitas, então acompanhar o processo da Rio+20 se tornou mais acessível, principalmente para a população que fala português.

Um dos eventos paralelos que estão sendo organizados, como os senhores devem saber, nas conferências da ONU só participam quem tem um caráter consultivo, representantes da sociedade civil precisam de um caráter consultivo para participar. Governos já têm uma cadeira mais cativa, mas isso se dá de forma via Governo Federal. Não sei como é essa articulação mais governamental, sou jovem e estou apreendendo com esses processos. Mas a cúpula dos polos será um evento paralelo de representação, principalmente dos atores sociais, da sociedade civil global vão estar reunidas lá. Está sendo equivalente ao polo social mundial, a outros esforços de decisão e propostas da sociedade civil como um todo. Ainda não temos ambiente amplamente democrático de participação oficial, então a gente ainda precisa de debates paralelos. Meu ponto de vista e meu sonho, a gente se arrisca a sonhar, que um dia a gente possa ter uma conferência oficial onde realmente seja amplamente participativa de todos os setores, principalmente da sociedade civil. Então, a cúpula do polo lançou o site, tem as informações pertinentes, hoje vai acontecer em paralelo à Rio+20.

A ONU também lançou uma estratégia de comunicação que se chama “O futuro que queremos! Rio+20 *The Future We Want*”, no final tem as referências de site que vocês podem acessar e basicamente instigando. Já temos a consulta, porque nos espaços do processo preparatório a ONU também fez uma consulta a vários atores. Durante mais de dois anos foram feitas consultas regionais, reuniões, grupos maiores, que a gente chama, que vem desde Governo, criança, juventude, até empresariado, setor agrícola, enfim, que consolidou o documento oficial, que vai ser posto na mesa para diálogo e para decisão de fato. E esse processo de consulta finalizou. Então, a estratégia da ONU está sendo de vamos - e aqui poderia também ser a estratégia que adotamos em termos de Paraná, o que

estamos fazendo de fato que já contribui e o que vamos mostrar e o que vamos fazer daí em diante.

Então, o futuro que queremos é o que está sendo perguntado hoje para a população mundial, tem um site onde de maneira bem participativa e aberta todo o mundo pode falar: “Meu sonho, o futuro que eu quero é esse!” Então, a ONU está ampliando um pouco mais essa questão da Rio+20, já que hoje a gente já tem um documento oficializado. Na verdade esse documento não está plenamente oficializado. Então, os próximos passos, as reuniões no âmbito da ONU vão se dar para amarrar esse documento, finalizar esse documento e principalmente propor como será o processo de negociação e de diálogo com os atores na Conferência, no diálogo oficial. Então, a ONU até junho que será a última reunião do Comitê Interseccional, o Comitê onde participam os diferentes grupos maiores vai estar articulando.

E aí a gente chega na criação do Comitê Paranaense, como já está em Decreto, acho que está na Casa Civil também hoje, esperamos que em breve seja oficializado e a proposta é justamente a integração desses vários segmentos. Num diálogo mais aberto, num diálogo mais participativo para trazer à tona todas essas propostas que já foram levantadas aqui e falar: “Estamos já ao rumo do Rio+20, já estamos fazendo a Rio+20 aqui! Só precisamos atrelar.” Uma das questões da eficácia do desenvolvimento é o que fazemos em nível local se relaciona com as políticas internacionais.

Então, sempre tendo tamanho vista isso, o que estamos fazendo em nível de Paraná está sendo relacionado com aquilo que a ONU está propondo, para dizer: “Estamos caminhando, humanidade como um todo!” Quando a gente fala em desenvolvimento sustentável ou mesmo de meio ambiente, não temos mais territorialização, não temos mais barreiras geográficas.

Então, alguns dos principais motivos para criação desse Comitê seria a articulação dos Estados, como foi mencionado, os Estados não estão tendo ainda uma participação expressiva, o Paraná tem a chance de expressão como um dos principais atores regionais em termos de “estamos avançando”. Existe São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, alguns outros estados estão ainda se mobilizando,

mas ainda de maneira muito tímida ou restrita à sociedade civil. A intenção que o Ministério de Meio Ambiente tinha, não sei se vai conferir ainda, de realizar conferências temáticas regionais no âmbito dos estados - meu ponto de vista hoje é que isso não vai ser viável. Então, vamos acabar avançando. Essa Conferência Temática pode ser organizada regionalmente, sem que o Ministério de Meio Ambiente venha propor e ter a criação desse grupo representativo multissetorial que diga: “Temos um posicionamento do Paraná!” Aí superando o que é a proposta de um segmento ou de um setor e sim buscando, de fato, o que seria uma das inovações maiores, temos um objetivo comum: andarmos juntos!

A elaboração de estudos sobre os temas, a economia verde e a governança são temas ainda muito obscuros. Existem vários relatórios: PNUMA, UNICEF, PNUD, cada um com o seu ponto de vista, a sociedade civil e setor privado cada um faz um documento científico e técnico dizendo o que é a economia verde e a sociedade não sabe. Então, é uma mercantilização da natureza, são propostas emancipatórias, o que são isso, precisamos estudar para também internalizar esses conceitos, não só debater politicamente ou estratégia, mas saber também o que está sendo posto à mesa. E um diálogo com a Comissão Nacional. Precisamos estabelecer essa ponte de acompanhar o que a Comissão Nacional está fazendo e também incidir mais no processo, participar mais ativamente no processo. E tudo isso é balizado, que gente fala desenvolvimento sustentável, Conferência da ONU, em valores, em valores da ética, da honestidade e da transparência, principalmente.

Esse é o nosso planejamento estratégico, é uma proposta da criação desse Comitê, o Comitê trabalharia em cima dessas propostas que foram levantadas na última reunião do GT e que seria basicamente de trabalharmos os temas, os conceitos, definir os papéis da função do Comitê, a questão dos conteúdos, os posicionamentos oficiais, já existem muitas iniciativas, então fazer um banco de dados de todas essas iniciativas, fazer articulação com a coordenação nacional e principalmente ter representações e articulações de política local.

Então, o que a gente pode traduzir da Rio+20, em termos de políticas públicas para o Paraná, não só o posicionamento do Paraná para a Rio+20, mas

políticas públicas que venham a atuar no Paraná. E obviamente temos que ter resultados desse Comitê, seja um documento de posicionamento, seja propostas de políticas públicas, de Projeto de Lei que venha derivar disso, seja o resgate das diversas iniciativas que o Paraná já tem. Então, dessa consulta pública no Ministério de Meio Ambiente trouxe que o Brasil tem um legado já... tem diversos pilares no desenvolvimento sustentável, acredito que o Paraná também já tenha esse legado, então qual esse legado? Vamos trazer à tona, vamos documentar isso, o Paraná sustentável, Rio+20, enfim, qual for a nomenclatura. E, por fim, quais os atores que gostariam de participar da criação desse Comitê, quais as instituições, os segmentos, que os Srs. Conselheiros, convidados podem sugerir e mesmo tomar parte, porque a criação desse Comitê, embora da mesma forma de um Conselho se tenha determinados números de participantes de cada segmento, a proposta é que ela seja mais aberta, mais participativa e o mais rápido.

Termino com isso. Deixo o nosso contato, algumas referências que serão enviadas para vocês da apresentação e lembrando que coloquem na pauta de vocês a indicação, a indicação de vocês mesmos ou de mais alguém, que possam tomar parte nesse Comitê e começar a compilar essas questões de, por exemplo, como o Conselho Estadual do Meio Ambiente conversa com as questões da Rio+20 e como podemos criar algo novo desse diálogo, dessa cooperação. Obrigado. (Palmas).

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Agradecemos a apresentação do Diego e da Rosana, parabéns! Acho que estamos bem informados das ações que estão sendo tomadas.

E só fazer um breve comentário. Eu estive em Brasília, algum tempo atrás, fui ao encontro do coordenador nacional e na verdade sai um pouquinho decepcionado. Acho que está muito centralizado no Governo Federal, os espaços não estão, digamos assim, não deu para sentir uma abertura muito grande para os Governos Estaduais e creio que essa iniciativa que foi assumida aqui no Paraná poderá preencher uma lacuna e, com a voz alta, nos credenciarmos a ter uma participação efetiva de forma oficial na Rio+20. Quer dizer, vai depender muito

de uma mobilização do Estado e aí ganharmos legitimidade, em função da mobilização, porque aí não será possível ignorar as ações realizadas aqui.

Então, é muito importante nos mobilizarmos, a sociedade se mobilizar e, a partir disso, uma coletânea de ações que podem ser identificadas, buscadas nos vários setores da sociedade, boas ações, seja na área industrial, na área agrícola, ONG's, políticas públicas. O Paraná tem muita coisa, tem um bom legado. Teremos também, de forma proposital, o evento do lançamento do BIOCLIMA, no dia 06 de março, talvez seja o momento inclusive adequado para o próprio Comitê ter uma expressão, reconhecimento nesse dia também. E aí teríamos praticamente três meses para fazer uma boa mobilização, já em cima de um programa também bastante forte que envolve biodiversidade e a questão das mudanças climáticas, não é um lançamento do programa mas uma consolidação, então acho que tudo isso catalisa em uma forma de apresentarmos já resultados para a Rio+20. Acho que isso vai nos credenciar para outro patamar de protagonismo no evento.

Bom, damos por encerrada a Ordem do Dia e passamos para a Tribuna Livre, já que o tema do PCPV, que era uma proposta da SEMA, foi retirado para apresentação na próxima reunião. Na Tribuna Livre temos duas inscrições, temos o Adriano e a Kátia.

De pronto, passo a palavra para o Conselheiro Adriano.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Considerando que essa é a última reunião do ano, o próximo encontro está marcado em abril do ano que vem, queria sugerir como item de pauta para a reunião de abril que o IAP fizesse a apresentação da prestação de contas a respeito do Fundo Estadual de Meio Ambiente. Conseguimos um feito importante este ano de que na página do IAP consta uma planilha, mas é incompleta, não dá para entender, não tem título, não tem indicação de que ano se refere. Enfim, fica a sugestão, especialmente porque a sociedade como um todo tem o direito de saber o entrou no Fundo Estadual de Meio Ambiente e, se entrou, a destinação desses recursos. Então, minha sugestão é que se faça como item de pauta, na primeira reunião do ano que vem.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Sugestão acatada.

Na sequência, Conselheiro Kátia.

A Sra. Kátia Mara de Jesus (SEED):- Tenho duas questões a pontuar. O primeiro é mais informativo, é que a partir do próximo ano a Secretaria de Estado da Educação deverá nomear um novo Conselheiro, pois há uma semana faço parte da Assessoria na Diretoria de Informações e Planejamento, na antiga Fundepar e atual (SUDE). A segunda questão, gostaria de aproveitar a presença agora da Dra. Ana Cláudia, representante da PGE, conforme o Castella colocou, quando ele apresentou a questão da Política Estadual de Educação Ambiental, que esse processo encontra-se na PGE e que está com uma divergência ou uma questão conflitante com a Política Nacional, que é no artigo que se refere à questão da inserção da demanda da educação ambiental nos cursos de graduação.

Então, a questão aqui seria: de que forma podemos agilizar ou como podemos resolver esse conflito que existe nesse artigo?

A Sra. Ana Cláudia Graff (PGE):- O que foi identificado na Procuradoria Geral do Estado, isso foi submetido ao Conselho Estadual de Educação, houve uma reunião na semana passada, é que aquele dispositivo tal como redigido poderia ferir a autonomia universitária, e justamente ele tem uma redação diversa da que existe na Lei da Política Nacional de Educação Ambiental.

Então, a Procuradoria vai fazer uma manifestação nesse sentido e vai propor uma redação alternativa para que fique coerente. Muito provavelmente a proposição será no sentido de manutenção de uma redação próxima à da Lei Federal, ou seja, que faculta a existência de disciplinas nos cursos ligados à metodologia da educação ambiental, mas não obriga. Ou seja, os conteúdos, a parte finalística, os valores, todos os conteúdos, todos os princípios que estão lá Lei Federal de Educação Ambiental têm que ser cumpridos por cada instituição de ensino superior. Agora, como ela vai fazer isso, se ela vai criar uma disciplina, se ela vai inserir isso nos programas dos cursos preexistentes, daí que fica no âmbito da autonomia de cada instituição. É isso.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito bem, não havendo mais nada a tratar, tivemos mais um inscrito aqui, Conselheiro Lessa. Com a palavra.

O Sr. Conselheiro Mário Lessa Sobrinho (SEPL):- Primeiro queria cumprimentar o Rubel e o Bolicenha pela exposição. Fiquei muito satisfeito em ver que finalmente estamos nos preparando para eventos futuros e não apagando fogo.

O desastre ambiental do litoral paranaense foi um desastre anunciado. A Mineropar por muito tempo, por vários técnicos de geotecnia, avisou que o que estava acontecendo em Santa Catarina e o que estava acontecendo no Rio de Janeiro iria acontecer também no Paraná. Então, isso me satisfaz muito, Rubel, pela prevenção que estamos nos preparando.

O outro assunto do Conselheiro Adriano que falou sobre o Pré-sal também me motivou bastante. Eu não vejo a força que teríamos juntos, a ANP e a Petrobras. Com relação ao Pré-sal, toda a vez que nos manifestamos de alguma maneira parece que estamos lutando, isso sobre o entendimento federal, com o progresso do país e aí se passa por cima de uma série de prevenções que deveriam ser feitas.

A exploração de petróleo no mar, por si só, é um risco e o Pré-sal é um risco muito maior. O próprio desastre que aconteceu lamentavelmente positivo foi que uma empresa de exploração resolveu usar, e passava a sua concessão na Bacia de Campos só para a exploração de petróleo para tentar atingir o Pré-sal e deu no que deu, um desastre que nos faz um alerta o grande perigo que isso acontece.

Então, traria uma ideia, nem sei se é uma proposição, reforçando a preocupação do Conselheiro Adriano, que pudéssemos chamar a ANP ou a Petrobras aqui numa reunião, mas nos prepararmos para as perguntas a serem feitas e não só para ouvir o que eles têm a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Sugestão acatada, vamos considerar eventualmente até uma

reunião extraordinária, vamos fazer uma reflexão, porque esse tema é realmente bastante preocupante para todos nós.

Então, para finalizar, gostaria de agradecer imensamente a participação de todos, tivemos uma reunião hoje um pouco diferente, mas reputo muito educativa, muito construtiva, acredito que todos crescemos muito e aprendemos muito no dia de hoje. Desejar a todos um bom natal, um bom final de ano, um período de reflexão, de análise, balanço de tudo o que aconteceu no ano e dizer, fazendo um pouquinho de propaganda, que na área ambiental trabalhamos muito esse ano no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente com os institutos coligados, valeu a pena, muitos avanços conquistados. Então, fica aqui o meu registro final de bom natal a todos e um excelente 2012, que todas as realizações, que todos os nossos sonhos se realizem. Um abraço a todos! (Palmas).